



PREGÃO ELETRÔNICO

PREGOEIRA: DENIZE REGINA DOS SANTOS

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Abertura da Sala de Disputa:
28/08/2025, às 09h00min (horários de Brasília), no sítio <https://licitanet.com.br/>

Início da Fase competitiva: **dia 28/08/2025, a partir das 09h00min** (horários de Brasília), no sítio <https://licitanet.com.br/>

Limite para solicitação de esclarecimentos: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública.

Limite para pedidos de impugnações: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública.

Art. 164 da Lei nº 14.133 de 2021.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS – HORTIFRUTI (VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS), ENGARRAFADOS ENTRE OUTROS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E O PODER LEGISLATIVO.

Nº DE ITEM 175

VALOR TOTAL ESTIMADO: de R\$ 2.041.502,58 (dois milhões e quarenta e um mil e quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Formação de registro de preços	Visita técnica	Ata de registro de preço
SIM	NÃO	SIM
Tipo da licitação	Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances
Menor Preço por ITEM	ABERTO	R\$ 0,01
Licitação Exclusiva para a ME/EPP?	Prioridade para a ME/ EPP local ou regional?	Exige amostra?
NÃO	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação da pregoeira.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 554/2025

1.1 PREÂMBULO:

- 1.1.1 O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.969/0001-03, representado neste ato pela Prefeito Municipal Sr. Cicero Aparecido Godoi, torna público para conhecimento dos interessados que, por meio da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro(a) e equipe de apoio, nomeados através do Port. nº 001/2024, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR GLOBAL, Modo de disputa (ABERTO).
- 1.1.2 O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na LEI N. 14.133/2021, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, LEI 1.117/2025 Regulamenta a Lei de Licitações no Município, e, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.
- 1.1.3 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://castanheiras.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: <https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/1/> E TAMBÉM NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: <https://pncp.gov.br/app/editais> .

A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO

O dar-se-á por meio do sistema eletrônico, nadata e horário, conforme abaixo:

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	18/08/2025 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	28/08/2025 às 09h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	28/08/2025 às 09h00min. (horário de Brasília).

Obs: Para todas as referências de tempo será observado o **HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA – DF**.

1.1.4 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 554/SEMAD/2025** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.1.5 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS – HORTIFRUTI (VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS), ENGARRAFADOS ENTRE OUTROS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E O PODER LEGISLATIVO.

2.1 A licitação será dividida em **ITENS** e valor maximos, conforme tabela constante no (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2 AS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS:

O custo estimado da contratação de acordo com a pesquisa de preços realizada ficou no valor de **R\$ 2.041.502,58 (dois milhões e quarenta e um mil e quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos)**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição Ocorrerão por conta dos recursos indicados no documento TR.

4. DO REAJUSTE

4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

4.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgada(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, com o seguinte endereço na Web: (www.licitanet.com.br)

5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5 **Não poderão disputar esta licitação:** (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

a. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b. autor do DFD - Documento de formalização da Demanda, do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

- f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g. agente público do órgão ou entidade licitante;
- h. pessoas jurídicas reunidas em consórcio
- i. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- k. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- l. O impedimento de que trata a linear a) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- m. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as lineares c) e d) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- n. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- o. O disposto nas lineares b) e c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- p. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- q. A vedação de que trata a linear h) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- r. **Em tempo, será analisado também:** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de CASTANHEIRAS/RO, nos termos, da Lei n. 14.133/2021 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (até que se encerre os prazos das sanções);
- s. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- t. Fica vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do inc. VII, do art. 82 da Lei 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

6.2 O licitante interessado **poderá se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

6.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- c. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- d. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- f. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- g. nos itens exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- h. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- i. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.6 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

c) O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

d) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

e) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.7 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma linear

c) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.8 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total;

b) Marca/modelo;

c) Fabricante; (quando for o caso)

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso;**

e) para melhor análise da proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados. (quando solicitado pela pregoeira)

A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exige a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo; quando for o caso;

- f) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- g) Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- h) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- i) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- j) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- k) A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- l) O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- m) O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior/ou percentual de descontos superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$: 0,1 centavo.

8.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado (ABERTO).

8.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

8.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.15 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundolugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- g) empresas brasileiras;
- h) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.30 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo]/ [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo:

- a) Conforme art. 15, III, do Decreto 11.462, de 2023, especificar se será admitida ou não diferenciação de preço
- b) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- c) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- d) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- e) ou por outros motivos justificados no processo



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

8.31 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.33 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.34 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.35 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.36 Após a negociação do preço, A Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.3 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.4 Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração **Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.5 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.3 E 9.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.8 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.9 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.10 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.11 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.12 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.13 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6, linear f) deste edital.

9.14 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

9.16 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

- a. conter vícios insanáveis;
- b. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.17 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.18 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado
- b. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- c. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- d. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- e. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO _____

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.20 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.21 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas;

a. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.22 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.23 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.24 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.5 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 523/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

10.6 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

10.7 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.8 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.9 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) O [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), [obriga a apresentação dessa declaração](#)).

10.14 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual** - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 523/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

10.15 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –

10.16 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias** caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos dos dois últimos balanços patrimoniais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

d1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

d2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

d3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência. LC= Liquidez Corrente – superiores a 1 LG= Liquidez Geral – superiores a 1 SG= Solvência Geral – superiores a 1



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 523/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Nas compras para entregas futura e na execução de obras e serviços, o licitante deverá apresentar o capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, visando demonstrar aptidão econômica.

10.17 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

- a) **Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o escreveu.
- b) Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão da pregoeira, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema LICITANET.
- c) Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.
- d) **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO CONCEDIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL;**
- e) **(SER FOR O CASO). REGISTRO SANITÁRIO DO PRODUTO - PROVA DE REGISTRO MATERIAL EMITIDO PELA ANVISA/MS, OU DE SUA ISENÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.**

10.18 DAS DECLARAÇÕES:

- a) **DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.**

- a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo Anexo III deste

- b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

- c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital.

- d) A licitante deverá apresentar **TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (Cadastro de Usuários Externos no ePROC)**, conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital.

10.19 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo a pregoeira solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.20 A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, no momento do

10.21 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA LICITANET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

0.22 A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO

10.23 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

SISTEMA LICITANET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO

(excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.24 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.25 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

10.26 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.27 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.28 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.12 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.13 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.14 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

11.16 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.17 O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.18 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.19 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.20 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela pregoeira ao vencedor.

11.21 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.22 Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no SETOR DE LICITAÇÕES, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

a. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

b. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade de o licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

13.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

13.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

13.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ser realizada depois da adjudicação.

13.5 Quando houver recurso e a pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da pregoeira.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

14.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo sistema LICITANET.

15.4 A decisão da pregoeira quanto à impugnação será informada via campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/> ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela pregoeira.

15.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, a pregoeira antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

16.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

16.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do sistema (licitanet) antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

16.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

16.4 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item como valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

16.5 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

17.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado pelos meios oficiais e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.7 Na hipótese de o Fornecedor convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

a) Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

b) Revogar por interesse do Município em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

18.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

18.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

18.5 A pregoeira ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

18.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de CASTANHEIRAS/RO.

18.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

18.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

18.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

18.13 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de CASTANHEIRAS, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

18.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

18.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de CASTANHEIRAS/RO, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dandociência aos participantes na forma da Legislação vigente;

18.18 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.19 Fica a obrigatoriedade da informação do **e-mail do fornecedor** participante:

a) "Os interessados/participantes do certame ficam **cientes** que, quando da contratação



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _
Proc. 554/2025
VISTO _

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

junto ao Município, terão sua adesão compulsória ao sistema de processo eletrônico. Dessa forma estará aceitando e aderindo ao "**Termo de Concordância e Veracidade**", anexo ao edital, para atender a legalidade e as regras processuais quanto aos atos administrativos deste Município." **Conforme Anexo VI deste Edital.**

- 18.20 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://licitanet.com.br/>, no endereço eletrônico, <https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/1/>.
- 18.21 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.
- 18.22 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3474-2050, E-mails: cplcastanheiras@outlook.com
- 18.23 ou na sede Prefeitura Municipal de CASTANHEIRAS/RO, no endereço **Av. JACARANDÁ N° 100, CENTRO, CASTANHEIRAS/RO, CEP: 76.948-000**, nos dias úteis, no horário das **07h30min às 13h30min**.
- 18.24 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Médici - RO;

19. ANEXOS

Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO E VALORES DOS PRODUTOS

ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS); (PODENDO SER SUBSTITUIDA PELA GERADA NO SISTEMA)

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO V: DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VI: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

ANEXO VII: MINUTA DO CONTRATO.

CASTANHEIRAS, RO, 14 de AGOSTO de 2025.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO
Port. 015/2025



ANEXO I: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO E VALORES DOS PRODUTOS

LICITACAO nº 019/2025

PROCESSO nº 554/2025 –

SEMUSA PMC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS – HORTIFRUTI (VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS), ENGARRAFADOS ENTRE OUTROS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E O PODER LEGISLATIVO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	COTA EXCLUSIV A ME EPP
1.	ABACAXI, MADURO NATURALMANETE, deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo.	KG	565	9,40	5.311,00	SIM
2.	ABÓBORA, de primeira, apresentando-se de ótima qualidade sem defeitos, suficientemente desenvolvida, com aspecto, aroma e sabor típico da variedade, sem rachaduras ou cortes na casca; polpa intacta e limpa; deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo. Sem apresentar danos mecânicos, sem estar deterioradas e estar ausente de ataque de pragas.	KG	510	5,00	2.550,00	SIM
3.	abobrinha abobrinha extra aa, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. não serão permitidos rachaduras, perfurações, cortes, mofos e partes podres.	KG	300	5,86	1.758,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____

Proc. 554/2025

VISTO_

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras - Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

4.	AÇAFRÃO - Açafrão: Pó fino de açafrão com coloração amarelada e sem presença de sujidade ou matérias estranhas embalagem de polietileno atóxico, transparente, resistente, contendo 20g e prazo de validade de 12 meses.	PCT	250	5,64	1.410,00	SIM
5.	ACHOCOLATADO , Tipo em PÓ, 1ª QUALIDADE, PÓ HOMOGÊNEO, PACOTE de 400gr	UND	1665	10,07	16.766,55	SIM
6.	AÇÚCAR CRISTAL , COR BRANCO Embalado em Pacotes de 02Kg.	UND	1630	8,05	13.121,50	SIM
7.	AGUA MINERAL, GARRAFA PET DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES	FARDO	460	25,68	11.812,80	SIM
8.	ALFACE (MAÇO C/ 03 PÉS), SELECIONADO 1ª QUALIDADE, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, RESÍDUO DE FERTILIZANTES	Maço	1050	6,36	6.678,00	SIM
9.	ALHO , NACIONAL, Branco De 1ª Qualidade, Com Grãos Graúdos, Novo.	KG	730	36,83	26.885,90	SIM
10.	almeirão: o produto deve ser de 1ª qualidade; fresco; apresentando tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvidos, firmes e intactos; sem lesões físicas e mecânicas, perfurações e cortes. deve atender aos padrões de embalagem da instrução normativa conjunta nº 9 de 12/11/02 e da ceagesp.	MAÇO	250	6,57	1.642,50	SIM
11.	AMENDOIM , Graúdo, Sem Pele, Torrado, Regional	KG	365	23,29	8.500,85	SIM
12.	AMIDO DE MILHO PCT C/ 500g.	PCT	200	17,55	3.510,00	SIM
13.	APRESUNTADO EM FATIAS.	KG	140	44,90	6.286,00	SIM
14.	ARROZ Agulhinha Longo, Fino, Polido, Tipo 1, Sem Glúten. PACOTE 5 KG	UND	1570	29,27	45.953,90	SIM
15.	AVEIA EM FLOCOS - Produto obtido através de processos tecnológicos adequados da semente sadia de aveia. Deve apresentar-se sob forma de aveia em flocos. Embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente ou embalagem primária de polietileno atóxico e embalagem secundária de caixa de papelão resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do	UNID	260	14,34	3.728,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

	produto. Embalagem em caixa de 450gr.					
16.	AZEITONA , Com Caroço, 500GR.	VD	425	29,89	12.703,25	SIM
17.	BACON , Defumado, em pedacos.	KG	195	55,64	10.849,80	SIM
18.	BALA DE CAMELADA (MEIO A MEIO) LEITE E CHOCOLATE, EMBALAGEM 660G.	PCT	298	22,07	6.576,86	SIM
19.	BALA DURA DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substancias que caracterizam o produto, como suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se consistente; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	215	16,64	3.577,60	SIM
20.	BALA MOLE DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substancias que caracterizam o produto, com suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se macio; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	215	16,37	3.519,55	SIM
21.	BANANA DA TERRA : in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	KG	640	7,56	4.838,40	SIM
22.	BANANA MAÇA , LEGITIMA, 1ª QUALIDADE.	KG	820	6,99	5.731,80	SIM
23.	BATATA DOCE - Características: Batata doce de 1ª qualidade, com casca sã, sem fermentos, frescas, com grau de maturação médio, intactas, livres de rachaduras, cortes e esmagamento. Livres de material terroso na superfície externa isentas de umidades e superfície pegajosa, aspecto, cor e	KG	940	5,36	5.038,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

	odor característico.					
24.	BATATA , Tipo INGLESA, Produção NACIONAL, 1ª QUALIDADE, FRESCA.	KG	1315	4,05	5.325,75	SIM
25.	BATATA PALHA , Salgado, Pacote de 500 gramas, fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralado tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans. A batata deve ser obtida, processada, embalada, armazenada e conservada em condições que não produzam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária: filme composto de polietileno, poliéster e alumínio ou similar, hermeticamente fechado com capacidade para 500 gramas.	PCT	210	40,16	8.433,60	SIM
26.	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABORES VARIADOS 900gr.	KG	3560	9,64	34.318,40	SIM
27.	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) ZERO LACTOSE SABORES VARIADOS DE 900Gr.	UND	910	20,97	19.082,70	SIM
28.	berinjela: o produto deverá estar de acordo com a nta 14 (decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece classificação extra: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvida; isenta de enfermidades, material terroso, defeitos que alterem a conformação e aparência; sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). pertencer à classe 17 ou 20 (com comprimento entre 17 e 23 cm); sem apresentar-se murcha, amassada ou deformada. deverá atender os padrões microbiológicos da rdc nº 12, de 02/01/01 da anvisa, instrução normativa conjunta sarc/anvisa/inmetro nº 9, de 12/11/02, e do ceagesp, decreto nº6268 de 22/11/07-ma e lei nº9972 de 25/05/00 – anvisa.	KG	200	8,42	1.684,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____

Proc. 554/2025

VISTO_

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras - Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

29.	BETERRABA DE PRODUÇÃO NACIONAL, 1ª QUALIDADE.	KG	890	4,13	3.675,70	SIM
30.	BISCOITO SALGADO , Tipo AGUA e SAL, 400GR.	PCT	2090	7,16	14.964,40	SIM
31.	BISCOITO DOCE tipo maisena, 400gr	PCT	2520	8,63	21.747,60	SIM
32.	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA , Chocolate 400Gr.	PCT	1420	9,39	13.333,80	SIM
33.	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA , Coco 400Gr.	PCT	2520	9,20	23.184,00	SIM
34.	BISCOITO DOCE , Tipo Rosquinha, Leite 400 Gr.	PCT	600	9,46	5.676,00	SIM
35.	BISCOITO SALGADO Tipo Cream Cracker, 400Gr.	PCT	2520	9,31	23.461,20	SIM
36.	BOLO , Alimento, Confeitado, Recheio em Doce de Leite	KG	415	59,42	24.659,30	SIM
37.	BOLO , Alimento, FUBÁ, SIMPLES, sem confeites e recheio	KG	310	29,62	9.182,20	SIM
38.	BOLO , Alimento, SIMPLES	KG	240	29,62	7.108,80	SIM
39.	BOLO TIPO INGLES Diversos Sabores	KG	255	29,62	7.553,10	SIM
40.	BOMBOM CAIXA de 240 a 250 Gramas	CX	1385	18,41	25.497,85	SIM
41.	CAFE TORRADO E MOIDO , Pcts 500g, 1ª QUALIDADE, EMBALADO A VACUO.	PCT	1410	45,43	64.056,30	SIM
42.	CAIXA DE BOMBOM BIS 126 g	UND	1400	8,69	12.166,00	SIM
43.	CALDO de CARNE , TABLETE, cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	125	7,41	926,25	SIM
44.	CALDO de GALINHA CAIPIRA , cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	125	7,26	907,50	SIM
45.	CANELA EM PO PCT C 30GR.	UNID	255	7,41	1.889,55	SIM
46.	CARÁ - De 1ª qualidade, fresco, compacto e firme sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniforme.	KG	545	10,40	5.668,00	SIM
47.	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Moída (tipo coxão mole, patinho.	KG	2590	36,91	95.556,90	NÃO
48.	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Sem Osso (tipo alcatra, contra-filé), in natura, em pedaços.	KG	1150	44,32	50.968,00	SIM
49.	CARNE BOVINA , 1º Qualidade, sem osso em Bife.	KG	1620	39,79	64.459,80	SIM
50.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, COSTELA.	KG	1270	25,87	32.854,90	SIM
51.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, SEM Osso, Em Pedacos.	KG	1585	34,56	54.777,60	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

52.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, Tipo Fraldinha, Paleta, Acém.	KG	1415	39,56	55.977,40	SIM
53.	CARNE, FRANGO, GRANJA, INTEIRO , Sem Tempero, CONGELADO.	KG	1400	14,25	19.950,00	SIM
54.	CARNE, FRANGO, Tipo COXA e SOBRECOXA , CONGELADA.	KG	3050	13,20	40.260,00	SIM
55.	CARNE, FRANGO, Tipo PEITO, CONGELADO	KG	1050	18,99	19.939,50	SIM
56.	CARNE, LINGUIÇA , Tipo Mista 50% bovina 50% suína.	KG	500	24,89	12.445,00	SIM
57.	CARNE SUÍNA , congelada, não temperada, sem manchas e parasitas, embalado em saco plástico não tóxico.	KG	1050	26,75	28.087,50	SIM
58.	CEBOLA Graúda De 1ª Qualidade, in natura.	KG	960	5,36	5.145,60	SIM
59.	CENOURA , In NATURA, 1ª QUALIDADE, Grandes, Seleccionadas, FRESCA.	KG	1150	4,61	5.301,50	SIM
60.	CHÁ; DE CAMOMILA ; Flores de Camomila; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega.	CX	95	8,71	827,45	SIM
61.	CHÁ; DE ERVA CIDREIRA ; Composto de Folhas e Ramos de Erva Cidreira (melissa Officinalis); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	95	9,55	907,25	SIM
62.	CHÁ; DE ERVA DOCE ; Sementes de erva doce; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	95	9,50	902,50	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

63.	CHÁ; DE ERVA MATE SABOR LIMÃO; Composto de Folhas e Talos de Erva Mate (<i>ilex Paraguariensis</i>); Aromatizante de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	90	9,55	859,50	SIM
64.	CHÁ; DE HORTELÃ; Folhas e Ramos de Hortelã (<i>menta Piperita</i>) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primária Sache individual ; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão ; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega .	CX	95	9,54	906,30	SIM
65.	CHÁ; DE MORANGO; Composto de Frutos de Morango, Flores de Hibisco; Frutos e Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	70	9,92	694,40	SIM
66.	CHA MATE TOSTADO CX 250 GR.	CX	970	12,50	12.125,00	SIM
67.	CHÁ; MISTO CÍTRICO; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco, Frutos e Flores de Rosa Silvestre; Casca de Laranja, Casca de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	CX	55	9,55	525,25	SIM
68.	CHÁ; MISTO DE FLORES E FRUTAS; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco; Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	70	9,28	649,60	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

69.	CHÁ; MISTO DE LARANJA, CRAVO E CANELA; Composto de Folhas e Cascas de Laranja, Casca de Canela, Cravo Da Índia; Frutos de Maca, Flores de Hibisco e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	75	10,66	799,50	SIM
70.	CHÁ; MISTO DE MAÇA COM CANELA; Composto de Frutos de Maca, Casca de Canela e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	Cx	75	13,33	999,75	SIM
71.	CHÁ; MISTO SABOR GENGIBRE; Composto de Frutos de Maca, Gengibre, Casca de Canela; Casca de Laranja, Cravo e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	70	9,80	686,00	SIM
72.	CHARQUE BOVINO com 10% de gordura totalmente embalado a vácuo, pacote com 500g.	KG	330	48,38	15.965,40	SIM
73.	CHÁ; VERDE; Composto de Folhas e Talos Da Camélia Sinensis; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega	CX	70	9,35	654,50	SIM
74.	CHEIRO VERDE, Selecionado de 1º qualidade, livre de sujidade, parasitas, larvas e resíduos de fertilizantes.	MAÇO	720	5,06	3.643,20	SIM
75.	CHOCOLATE BOMBOM PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1 KG	PCT	255	57,53	14.670,15	SIM
76.	CHOCOLATE PÓ SOLÚVEL, com 50% de cacau, embalagem de 200g, com data de fabricação e validade.	PCT	130	29,90	3.887,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

77.	CHOCOLATE SORTIDOS (Tipo ovos de pascoa) 300g unidade	UND	1180	69,90	82.482,00	NÃO
78.	CHUCHU- de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	625	6,15	3.843,75	SIM
79.	COCO RALADO , Branco, Úmido, adoçado, deverá ser entregue em embalagens com pacotes de 100 Gr.	KG	210	12,25	2.572,50	SIM
80.	COLORÍFICO NATURAL (colorau), devera ser entregue em pacote com 500 gr.	KG	250	15,96	3.990,00	SIM
81.	CONDIMENTO ORÉGANO:DESIDRATADO: ERVA SECA, SEM ADULTERAÇÕES E CONTAMINAÇÕES DE QUALQUER ESPECIE, NA EMBALAGEM DEVE CONTER INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU LOTE, DATA DE VALIDADE.UNIDADE DE 100GR.	KG	122	13,56	1.654,32	SIM
82.	COUVE FOLHA _ Tipo manteiga de tamanho médio, talo verde ou roxo, inteiros, coloração uniforme e sem manchas bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Molho de no mínimo 7 folhas.	Maço	730	5,28	3.854,40	SIM
83.	CREME DE LEITE, LEVE UHT HOMOGENEIZADO Tipo 1, 17% DE GORDURA, CAIXA C/ 200g.	UND	680	8,34	5.671,20	SIM
84.	CREME DE MAIONESE , embalagem plástica tipo sache de 500 gr.	UNID	600	15,51	9.306,00	SIM
85.	ERVILHA TIPO SACHÊ em conserva sem adição de açúcares e sal 170gr.	PCT	445	5,15	2.291,75	SIM
86.	EXTRATO DE TOMATE , Embalagem Primaria Copo VIDRO190Gr	UND	230	5,84	1.343,20	SIM
87.	EXTRATO DE TOMATE Tipo Sachê, Sem Gordura Saturada, Sem Gordura Trans, caixa com 190gr.	UNID	1270	4,13	5.245,10	SIM
88.	FARINHA DE MANDIOCA SECA , torrada, fardo com 10 embalagens de 1kg.	KG	485	11,50	5.577,50	SIM
89.	FARINHA DE TRIGO , SEM FERMENTO, Enriquecida com ferro e acido folico, tipo 1, PCT embalagem Primaria em Plástico.	PCT	620	10,80	6.696,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

90.	FARINHA TAPIOCA, Farinha de tapioca, Subgrupo Granulada, Tipo1. Embalagem: saco plástico transparente, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Peso líquido de 500g. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PCT	210	12,15	2.551,50	SIM
91.	FAROFA DE MANDIOCA PRONTA TRADICIONAL 500GR	UND	170	9,77	1.660,90	SIM
92.	FEIJÃO PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, CONTENDO 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	310	8,33	2.582,30	SIM
93.	FEIJÃO, Tipo CARIOQUINHA, 1ª QUALIDADE, SEPARADO, deverá ser entregue embalado em PACOTES 1 Kg.	PCT	1530	7,78	11.903,40	SIM
94.	FERMENTO BIOLÓGICO P/PÃO	UND	195	19,62	3.825,90	SIM
95.	FERMENTO, QUÍMICO, EM PÓ, Uso PARA BOLO, 1ª QUALIDADE.	UNID	220	7,36	1.619,20	SIM
96.	FLOCOS DE MILHO (PARA CUSCUZ) Embalagem contendo 500g devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido.	PCT	290	6,74	1.954,60	SIM
97.	FUBA DE MILHO, 1ª QUALIDADE, deverá ser entregue em EMBALAGEM de 1KG	PCT	520	5,50	2.860,00	SIM
98.	GELATINA EM PÓ, Sabor ABACAXI, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
99.	GELATINA EM PÓ, Sabor LIMÃO, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
100.	GELATINA EM PÓ, Sabor MARACUJÁ, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
101.	GELATINA EM PÓ, Sabor Morango, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

102.	GELATINA EM PÓ, Sabor TUTI FRUTI, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
103.	GELATINA EM PÓ, Sabor UVA, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
104.	GELATINA SABORES VARIADOS, Caixa c/ 35g.	UND	150	3,50	525,00	SIM
105.	GOIABA MADURA, Fruta FRESCA, FIRME.	KG	120	16,71	2.005,20	SIM
106.	GUARDANAPO DE PAPEL PARA BOLO 22X20CM PACOTE COM 50 UNIDADE	PCT	510	6,54	3.335,40	SIM
107.	INHAME CHINÊS de porte médio/grande de boa qualidade, fresco, compacto e firme, apresentando tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida, estando livre de enfermidade, defeitos graves que alterem a conformação e aparência, sem lesões de origem física/mecânica (rachaduras, perfurações, cortes).	KG	650	9,18	5.967,00	SIM
108.	LARANJA PÊRA; de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	280	35,10	9.828,00	SIM
109.	LEITE CONDENSADO SEMIDESNATADO, latas de 395 gr.	UND	820	10,08	8.265,60	SIM
110.	LEITE DE COCO VIDRO 500 ML	UNID	140	19,70	2.758,00	SIM
111.	LEITE EM PÓ INTEGRAL, EMBALAGEM ALUMINIZADA, PCT C/ 400 GR.	UNID	450	22,84	10.278,00	SIM
112.	LEITE INTEGRAL UHT, liquido, embalagem Tetra Pak com 01 litro.	UND	6450	8,78	56.631,00	SIM
113.	LEITE UHT, SEMIDESNATADO, Zero, Sem Lactose, 1lt.	UNID	560	10,44	5.846,40	SIM
114.	MAÇÃ NACIONAL 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	550	12,61	6.935,50	SIM
115.	MACARRÃO SEMOLADO, 1 qualidade, Tipo Espaguete PCT DE 500g.	PCT	1110	8,58	9.523,80	SIM
116.	MACARRÃO SEMOLADO, Tipo parafuso, pct de 500g.	PCT	1090	6,95	7.575,50	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____

Proc. 554/2025

VISTO_

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras - Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

117.	MAMÃO FORMOSA ; de primeira; livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	310	7,07	2.191,70	SIM
118.	MANDIOCA , Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento.	KG	690	6,15	4.243,50	SIM
119.	MANJERICÃO - desidratado, acondicionado em sacos de polietileno; embalagem de 100g, com data de fabricação e validade.	PCT	135	9,96	1.344,60	SIM
120.	manteiga, extra, com sal, acondicionado em embalagem original de 500 g	UND	65	27,06	1.758,90	SIM
121.	MARGARINA OU CREME VEGETAL , com o mínimo de 60% de lipídios. pote 500Gr.	UND	565	14,13	7.983,45	SIM
122.	MELANCIA de 1ª qualidade in natura sem sinais de rachaduras e hematomas. apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	1050	5,27	5.533,50	SIM
123.	MELÃO 1ª QUALIDADE PRODUÇÃO NACIONAL, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	570	7,10	4.047,00	SIM
124.	MILHO , Comum, Cor BRANCO, Para CANJICA, Pct 500G	PCT	375	7,47	2.801,25	SIM
125.	Milho PIPOCA , 1º Qualidade, INATURA 500GR.	PCT	430	6,73	2.893,90	SIM
126.	MILHO VERDE , em conserva , embalagem lata de 170gr.	UNID	710	5,28	3.748,80	SIM
127.	ÓLEO DE SOJA , REFINADO, COMESTÍVEL, EM EMBALAGENS PLASTICA COM 900 ML.	UND	1430	8.12	11.611,60	SIM
128.	OVOS DE GALINHA , Vermelho, Extra, Classe A, encastelados com blister contendo 12 unidades.	DZ	780	13,85	10.803,00	SIM
129.	PANETONE Chocottone Maxi Trufas. 500 GRS	UND	1230	33,98	41.795,40	SIM
130.	PÃO DE FORMA , pacote com no mínimo 470gr	PCT	580	13,17	7.638,60	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

131.	PÃO DE MEL: elaborado à base de mel, farinha de trigo, chocolate, manteiga, especiarias e ovos. Todo revestido com chocolate Blend ao leite e meio amargo, com recheio de castanha do pará e coco Não poderá conter corante artificial.	UND	50	15,24	762,00	SIM
132.	PÃO DE QUEIJO produzido no dia, macio, sem rigidez	KG	480	38,46	18.460,80	SIM
133.	PÃO FRANCÊS: Peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.	KG	4720	18,71	88.311,20	NÃO
134.	pão integral castanha do pará e quinoa wickbold grão sabor pacote 500g	UND	150	16,81	2.521,50	SIM
135.	PEIXES (PEIXE IN NATURA, TIPO PINTADO NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA	KG	510	50,78	25.897,80	SIM
136.	PEIXES REDONDO (PEIXE IN NATURA, TIPO TAMBAQUI NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA)	KG	660	35,36	23.337,60	SIM
137.	pepino: o produto deverá estar de acordo com a nta 14 (decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece classificação extra: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvido; com polpa intacta e limpa; sem brotos, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência; livre de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes; isento de umidade externa anormal e enfermidades; sem lesões de origem física e/ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). pertencer à classe 15 (com comprimento entre 15 e 20 cm). deverá atender os padrões microbiológicos da rdc nº 12, de 02/01/01 da anvisa, instrução normativa conjunta sarc/anvisa/inmetro nº 9, de 12/11/02, e do ceagesp, decreto nº6268 de 22/11/07-ma e lei nº9972 de 25/05/00 – anvisa.	KG	500	8,09	4.045,00	SIM
138.	PÊRA, Fruta 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação,	KG	225	14,29	3.215,25	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

	transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.					
139.	pimentão amarelo - sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, fermento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação com deformação grave.	KG	80	34,79	2.783,20	SIM
140.	PIMENTÃO , FRESCO, FIRME, LIVRE DE LARVAS EM BOAS CONDIÇÕES PARA O CONSUMO HUMANO.	KG	185	9,73	1.800,05	SIM
141.	pimentão vermelho - sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, fermento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação grave. produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. deve ser de colheita recente.	KG	80	34,79	2.783,20	SIM
142.	PIPOCA DOCE , PACOTE COM 50 GRAMAS EM FARDOS DE 50 PACOTES	FARDO	90	100,84	9.075,60	SIM
143.	PIRULITO em formato de coração, coloração vermelha e sabor morango. Embalagem de 500g contendo aproximadamente 50 unidades.	PCT	255	20,71	5.281,05	SIM
144.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR ABACAXI, PCT COM 1 KG.	KG	570	28,18	16.062,60	SIM
145.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR CAJÁ, PCT COM 1 KG.	KG	250	32,35	8.087,50	SIM
146.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR GOIABA, PCT COM 1 KG.	KG	590	24,05	14.189,50	SIM
147.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR MARACUJA, PCT COM 1 KG.	KG	700	41,65	29.155,00	SIM
148.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR ACEROLA, PCT COM 1 KG.	KG	700	26,61	18.627,00	SIM
149.	POLPA DE TOMATE Tradicional 520 Gr.	Und	210	20,16	4.233,60	SIM
150.	presunto em fatias; produto carne embutido, cozido, à base de pernil suíno. deve ser presunto (não serão aceitos produtos do tipo apresuntado), com textura firme, coloração uniforme e sabor característico. embalado em pacotes a vácuo produto refrigerado, com validade mínima de 30 dias na data da entrega.p	KG	270	40,76	11.005,20	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____

Proc. 554/2025

VISTO_

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras - Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

151.	QUEIJO TIPO MUSSARELA, 1ª QUALIDADE, FATIADO	KG	350	56,64	19.824,00	SIM
152.	QUIABO REGIÃO	KG	535	8,89	4.756,15	SIM
153.	RECARGA DE AGUA MINERAL GALÃO COM 20 LITROS	UNID	2550	15,98	40.749,00	SIM
154.	REFRIGERANTE 02 LITROS - Sabores Variados. Composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo, isento de corantes artificiais, livre de sujidades,	UND	520	10,13	5.267,60	SIM
155.	REPOLHO, VERDE, In NATURA, 1ª Qualidade, Limpos, Sem Sinais de Estragos e Hematomas. FRESCO, FIRME.	KG	1095	4,80	5.256,00	SIM
156.	REQUEIJÃO CREMOSO tipo copo sem amido de milho, 200GR	UND	185	12,99	2.403,15	SIM
157.	RÚCULA- Ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	MAÇO	730	6,98	5.095,40	SIM
158.	SALGADO, (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
159.	SALGADO, (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
160.	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
161.	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
162.	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor pizza com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
163.	SAL REFINADO, IODADO, PRONTO Para Consumo Humano. PCT 1Kg.	UND	390	3,81	1.485,90	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

164.	Salsicha BOVINA tipo HOT DOG, sem pimenta, resfriada, embalagem: pacotes de 5 kg embalados em sacos de plásticos a vácuo; deverá constar data de fabricação, prazo de vencimento, tipo de carne, nº do registro no ministério da agricultura, SIF/SISP/DIPOA, número do lote, e demais dados do produto exigidos pela legislação em vigor.	PCT	95	46,75	4.441,25	SIM
165.	SARDINHA EM CONSERVA LATA 125 G	UNID	350	9,38	3.283,00	SIM
166.	SORVETE SECO (MARIA MOLE) CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	120	56,31	6.757,20	SIM
167.	SUSPIRO cx com 50 unidade	CX	120	47,10	5.652,00	SIM
168.	TEMPERO - CHIMICHURRI , desidratado, acondicionado em sacos de polietileno; embalagem de 100g, com data de fabricação e validade.	PCT	330	33,90	11.187,00	SIM
169.	TEMPERO COMPLETO , temperos e condimentos, de 500gr	PCT	435	10,74	4.671,90	SIM
170.	TOMATE Tipo Regional de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	1010	9,86	9.958,60	SIM
171.	UVA , FRUTA, Tipo Rubi de 1ª Qualidade	KG	200	22,36	4.472,00	SIM
172.	UVA PASSA Cristalizada, 200 Gr	PCT	115	14,93	1.716,95	SIM
173.	UVAS , Fruta, 1ª Qualidade, Regional, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	430	18,19	7.821,70	SIM
174.	VAGEM- Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	KG	570	22,25	12.682,50	SIM
175.	VINAGRE FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL E VINHO BRANCO, EMBALAGENS DE 750 ML.	UND	220	10,90	2.398,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO II TERMO REFERENCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 554/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de **Gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas), Engarrafados entre outros, para atender todas as secretárias da administração do poder executivo e o poder legislativo**, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante. O fornecimento deverá obedecer às especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2 Os produtos fornecidos deverão ser de qualidade adequada, garantindo a segurança e a eficiência em seu pleno uso. Deverão ser substituídos prontamente aqueles que apresentarem não conformidades ou que não atenderem às especificações exigidas neste instrumento convocatório.

1.3. Os produtos têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme preceitua o art. 20 da Lei nº 14.133/21, e Decreto nº 59.671, de 23 de fevereiro de 2023.

1.5. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, para REGISTRO DE PREÇOS, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, utilizando o modo de disputa, “ABERTO” nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.7 Em caso de contrato decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida conforme Lei Federal nº 14.133, de 2021 e artigo 234 do Lei Municipal nº 1.117/2025.

1.8 A licitação atenderá a LEI FEDERAL 123/2006, complementada pela LEI Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014, para o cumprimento do disposto no Art. 48, Inciso I e III – estabelecendo participação exclusiva para ME/EPP em itens com valor cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e em aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

pequeno porte.

1.9 Requisitantes

Secretaria Municipal de Administração: Paulo Roberto Alvez Machado

Secretaria Municipal de Saúde: Jonatan Barbosa dos Santos

Secretaria Municipal de Assistência Social: Sandra Ap. Fernades Buback

Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Maria Aparecida Ferrari

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Waine Batista de Moraes

Câmara Municipal: André de Oliveira

Definição do Objeto, estimativa e Preços Referenciais:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	COTA EXCLUSIVA ME EPP
1.	ABACAXI, MADURO NATURALMANETE, deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo.	KG	565	9,40	5.311,00	SIM
2.	ABÓBORA , de primeira, apresentando-se de ótima qualidade sem defeitos, suficientemente desenvolvida, com aspecto, aroma e sabor típico da variedade, sem rachaduras ou cortes na casca; polpa intacta e limpa; deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo. Sem apresentar danos mecânicos, sem estar deterioradas e estar ausente de ataque de pragas.	KG	510	5,00	2.550,00	SIM
3.	abobrinha abobrinha extra aa, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. não serão permitidos rachaduras, perfurações, cortes, mofo e partes podres.	KG	300	5,86	1.758,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

4.	AÇAFRÃO - Açafrão: Pó fino de açafrão com coloração amarelada e sem presença de sujidade ou matérias estranhas embalagem de polietileno atóxico, transparente, resistente, contendo 20g e prazo de validade de 12 meses.	PCT	250	5,64	1.410,00	SIM
5.	ACHOCOLATADO , Tipo em PÓ, 1ª QUALIDADE, PÓ HOMOGÊNEO, PACOTE de 400gr	UND	1665	10,07	16.766,55	SIM
6.	AÇÚCAR CRISTAL , COR BRANCO Embalado em Pacotes de 02Kg.	UND	1630	8,05	13.121,50	SIM
7.	AGUA MINERAL, GARRAFA PET DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES	FARDO	460	25,68	11.812,80	SIM
8.	ALFACE (MAÇO C/ 03 PÉS), SELECIONADO 1ª QUALIDADE, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, RESÍDUO DE FERTILIZANTES	Maço	1050	6,36	6.678,00	SIM
9.	ALHO , NACIONAL, Branco De 1ª Qualidade, Com Grãos Graúdos, Novo.	KG	730	36,83	26.885,90	SIM
10.	almeirão: o produto deve ser de 1ª qualidade; fresco; apresentando tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvidos, firmes e intactos; sem lesões físicas e mecânicas, perfurações e cortes. deve atender aos padrões de embalagem da instrução normativa conjunta nº 9 de 12/11/02 e da ceagesp.	MAÇO	250	6,57	1.642,50	SIM
11.	AMENDOIM , Graúdo, Sem Pele, Torrado, Regional	KG	365	23,29	8.500,85	SIM
12.	AMIDO DE MILHO PCT C/ 500g.	PCT	200	17,55	3.510,00	SIM
13.	APRESUNTADO EM FATIAS.	KG	140	44,90	6.286,00	SIM
14.	ARROZ Agulhinha Longo, Fino, Polido, Tipo 1, Sem Glúten. PACOTE 5 KG	UND	1570	29,27	45.953,90	SIM
15.	AVEIA EM FLOCOS - Produto obtido através de processos tecnológicos adequados da semente sadia de aveia. Deve apresentar-se sob forma de aveia em flocos. Embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente ou embalagem primária de polietileno atóxico e embalagem secundária de caixa de papelão resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência,	UNID	260	14,34	3.728,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto. Embalagem em caixa de 450gr.					
16.	AZEITONA , Com Caroço, 500GR.	VD	425	29,89	12.703,25	SIM
17.	BACON , Defumado, em pedacos.	KG	195	55,64	10.849,80	SIM
18.	BALA DE CAMELADA (MEIO A MEIO) LEITE E CHOCOLATE, EMBALAGEM 660G.	PCT	298	22,07	6.576,86	SIM
19.	BALA DURA DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substancias que caracterizam o produto, como suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se consistente; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	215	16,64	3.577,60	SIM
20.	BALA MOLE DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substancias que caracterizam o produto, com suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se macio; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	215	16,37	3.519,55	SIM
21.	BANANA DA TERRA : in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	KG	640	7,56	4.838,40	SIM
22.	BANANA MAÇÃ , LEGITIMA, 1ª QUALIDADE.	KG	820	6,99	5.731,80	SIM
23.	BATATA DOCE - Características: Batata doce de 1ª qualidade, com casca sã, sem ferimentos, frescas, com grau de maturação médio, intactas, livres de rachaduras, cortes e esmagamento. Livres de material terroso na superfície	KG	940	5,36	5.038,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	externa isentas de umidades e superfície pegajosa, aspecto, cor e odor característico.					
24.	BATATA , Tipo INGLESA, Produção NACIONAL, 1ª QUALIDADE, FRESCA.	KG	1315	4,05	5.325,75	SIM
25.	BATATA PALHA , Salgado, Pacote de 500 gramas, fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralado tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans. A batata deve ser obtida, processada, embalada, armazenada e conservada em condições que não produzam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária: filme composto de polietileno, poliéster e alumínio ou similar, hermeticamente fechado com capacidade para 500 gramas.	PCT	210	40,16	8.433,60	SIM
26.	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABORES VARIADOS 900gr.	KG	3560	9,64	34.318,40	SIM
27.	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) ZERO LACTOSE SABORES VARIADOS DE 900Gr.	UND	910	20,97	19.082,70	SIM
28.	berinjela: o produto deverá estar de acordo com a nta 14 (decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece classificação extra: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvida; isenta de enfermidades, material terroso, defeitos que alterem a conformação e aparência; sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). pertencer à classe 17 ou 20 (com comprimento entre 17 e 23 cm); sem apresentar-se murcha, amassada ou deformada. deverá atender os padrões microbiológicos da rdc nº 12, de 02/01/01 da anvisa, instrução normativa conjunta sarc/anvisa/inmetro nº 9, de 12/11/02, e do ceagesp, decreto nº6268 de 22/11/07-ma e lei nº9972 de 25/05/00 – anvisa.	KG	200	8,42	1.684,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

29.	BETERRABA DE PRODUÇÃO NACIONAL, 1ª QUALIDADE.	KG	890	4,13	3.675,70	SIM
30.	BISCOITO SALGADO , Tipo AGUA e SAL, 400GR.	PCT	2090	7,16	14.964,40	SIM
31.	BISCOITO DOCE tipo maisena, 400gr	PCT	2520	8,63	21.747,60	SIM
32.	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA , Chocolate 400Gr.	PCT	1420	9,39	13.333,80	SIM
33.	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA , Coco 400Gr.	PCT	2520	9,20	23.184,00	SIM
34.	BISCOITO DOCE , Tipo Rosquinha, Leite 400 Gr.	PCT	600	9,46	5.676,00	SIM
35.	BISCOITO SALGADO Tipo Cream Cracker, 400Gr.	PCT	2520	9,31	23.461,20	SIM
36.	BOLO , Alimento, Confeitado, Recheio em Doce de Leite	KG	415	59,42	24.659,30	SIM
37.	BOLO , Alimento, FUBÁ, SIMPLES, sem confeites e recheio	KG	310	29,62	9.182,20	SIM
38.	BOLO , Alimento, SIMPLES	KG	240	29,62	7.108,80	SIM
39.	BOLO TIPO INGLES Diversos Sabores	KG	255	29,62	7.553,10	SIM
40.	BOMBOM CAIXA de 240 a 250 Gramas	CX	1385	18,41	25.497,85	SIM
41.	CAFE TORRADO E MOIDO , Pcts 500g, 1ª QUALIDADE, EMBALADO A VACUO.	PCT	1410	45,43	64.056,30	SIM
42.	CAIXA DE BOMBOM BIS 126 g	UND	1400	8,69	12.166,00	SIM
43.	CALDO de CARNE , TABLETE, cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	125	7,41	926,25	SIM
44.	CALDO de GALINHA CAIPIRA , cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	125	7,26	907,50	SIM
45.	CANELA EM PO PCT C 30GR.	UNID	255	7,41	1.889,55	SIM
46.	CARÁ - De 1ª qualidade, fresco, compacto e firme sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniforme.	KG	545	10,40	5.668,00	SIM
47.	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Moída (tipo coxão mole, patinho.	KG	2590	36,91	95.556,90	NÃO
48.	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Sem Osso (tipo alcatra, contra- filé), in natura, em pedaços.	KG	1150	44,32	50.968,00	SIM
49.	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, sem osso em Bife.	KG	1620	39,79	64.459,80	SIM
50.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, COSTELA.	KG	1270	25,87	32.854,90	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

51.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, SEM Osso, Em Pedacos.	KG	1585	34,56	54.777,60	SIM
52.	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, Tipo Fraldinha, Paleta, Acém.	KG	1415	39,56	55.977,40	SIM
53.	CARNE, FRANGO , GRANJA, INTEIRO , Sem Tempero, CONGELADO.	KG	1400	14,25	19.950,00	SIM
54.	CARNE, FRANGO , Tipo COXA e SOBRECOXA , CONGELADA.	KG	3050	13,20	40.260,00	SIM
55.	CARNE, FRANGO , Tipo PEITO , CONGELADO	KG	1050	18,99	19.939,50	SIM
56.	CARNE, LINGUIÇA , Tipo Mista 50% bovina 50% suína.	KG	500	24,89	12.445,00	SIM
57.	CARNE SUÍNA , congelada, não temperada, sem manchas e parasitas, embalado em saco plástico não tóxico.	KG	1050	26,75	28.087,50	SIM
58.	CEBOLA Graúda De 1ª Qualidade, in natura.	KG	960	5,36	5.145,60	SIM
59.	CENOURA , In NATURA, 1ª QUALIDADE, Grandes, Seleccionadas, FRESCA.	KG	1150	4,61	5.301,50	SIM
60.	CHÁ; DE CAMOMILA ; Flores de Camomila; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega.	CX	95	8,71	827,45	SIM
61.	CHÁ; DE ERVA CIDREIRA ; Composto de Folhas e Ramos de Erva Cidreira (melissa Officinalis); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	95	9,55	907,25	SIM
62.	CHÁ; DE ERVA DOCE ; Sementes de erva doce; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	95	9,50	902,50	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

63.	CHÁ; DE ERVA MATE SABOR LIMÃO; Composto de Folhas e Talos de Erva Mate (ilex Paraguariensis); Aromatizante de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	90	9,55	859,50	SIM
64.	CHÁ; DE HORTELÃ; Folhas e Ramos de Hortelã (menta Piperita) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primária Sache individual ; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão ; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega .	CX	95	9,54	906,30	SIM
65.	CHÁ; DE MORANGO; Composto de Frutos de Morango, Flores de Hibisco; Frutos e Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	70	9,92	694,40	SIM
66.	CHA MATE TOSTADO CX 250 GR.	CX	970	12,50	12.125,00	SIM
67.	CHÁ; MISTO CÍTRICO; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco, Frutos e Flores de Rosa Silvestre; Casca de Laranja, Casca de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	CX	55	9,55	525,25	SIM
68.	CHÁ; MISTO DE FLORES E FRUTAS; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco; Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sache Individual;	CX	70	9,28	649,60	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.					
69.	CHÁ; MISTO DE LARANJA, CRAVO E CANELA; Composto de Folhas e Cascas de Laranja, Casca de Canela, Cravo Da Índia; Frutos de Maca, Flores de Hibisco e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	75	10,66	799,50	SIM
70.	CHÁ; MISTO DE MAÇA COM CANELA; Composto de Frutos de Maca, Casca de Canela e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	Cx	75	13,33	999,75	SIM
71.	CHÁ; MISTO SABOR GENGIBRE; Composto de Frutos de Maca, Gengibre, Casca de Canela; Casca de Laranja, Cravo e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	70	9,80	686,00	SIM
72.	CHARQUE BOVINO com 10% de gordura totalmente embalado a vácuo, pacote com 500g.	KG	330	48,38	15.965,40	SIM
73.	CHÁ; VERDE; Composto de Folhas e Talos Da Camélia Sinensis; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega	CX	70	9,35	654,50	SIM
74.	CHEIRO VERDE, Selecionado de 1º qualidade, livre de sujidade, parasitas, larvas e resíduos de	MAÇO	720	5,06	3.643,20	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	fertilizantes.					
75.	CHOCOLATE BOMBOM PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1 KG	PCT	255	57,53	14.670,15	SIM
76.	CHOCOLATE PÓ SOLÚVEL , com 50% de cacau, embalagem de 200g, com data de fabricação e validade.	PCT	130	29,90	3.887,00	SIM
77.	CHOCOLATE SORTIDOS (Tipo ovos de pascoa) 300g unidade	UND	1180	69,90	82.482,00	NÃO
78.	CHUCHU- de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	625	6,15	3.843,75	SIM
79.	COCO RALADO , Branco, Úmido, adoçado, deverá ser entregue em embalagens com pacotes de 100 Gr.	KG	210	12,25	2.572,50	SIM
80.	COLORÍFICO NATURAL (colorau), de vera ser entregue em pacote com 500 gr.	KG	250	15,96	3.990,00	SIM
81.	CONDIMENTO ORÉGANO: DESIDRATADO: ERVA SECA, SEM ADULTERAÇÕES E CONTAMINAÇÕES DE QUALQUER ESPECIE, NA EMBALAGEM DEVE CONTER INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU LOTE, DATA DE VALIDADE.UNIDADE DE 100GR.	KG	122	13,56	1.654,32	SIM
82.	COUVE FOLHA _ Tipo manteiga de tamanho médio, talo verde ou roxo, inteiros, coloração uniforme e sem manchas bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Molho de no mínimo 7 folhas.	Maço	730	5,28	3.854,40	SIM
83.	CREME DE LEITE, LEVE UHT HOMOGENEIZADO Tipo 1, 17% DE GORDURA, CAIXA C/ 200g.	UND	680	8,34	5.671,20	SIM
84.	CREME DE MAIONESE , embalagem plástica tipo sache de 500 gr.	UNID	600	15,51	9.306,00	SIM
85.	ERVILHA TIPO SACHÊ em conserva sem adição de açúcares e sal 170gr.	PCT	445	5,15	2.291,75	SIM
86.	EXTRATO DE TOMATE , Embalagem Primaria Copo VIDRO190Gr	UND	230	5,84	1.343,20	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

87.	EXTRATO DE TOMATE Tipo Sachê, Sem Gordura Saturada, Sem Gordura Trans, caixa com 190gr.	UNID	1270	4,13	5.245,10	SIM
88.	FARINHA DE MANDIOCA SECA , torrada, fardo com 10 embalagens de 1kg.	KG	485	11,50	5.577,50	SIM
89.	FARINHA DE TRIGO , SEM FERMENTO, Enriquecida com ferro e ácido fólico, tipo 1, PCT embalagem Primária em Plástico.	PCT	620	10,80	6.696,00	SIM
90.	FARINHA TAPIOCA , Farinha de tapioca, Subgrupo Granulada, Tipo1. Embalagem: saco plástico transparente, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Peso líquido de 500g. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PCT	210	12,15	2.551,50	SIM
91.	FAROFA DE MANDIOCA PRONTA TRADICIONAL 500GR	UND	170	9,77	1.660,90	SIM
92.	FEIJÃO PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, CONTENDO 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	310	8,33	2.582,30	SIM
93.	FEIJÃO , Tipo CARIOQUINHA, 1ª QUALIDADE, SEPARADO, deverá ser entregue embalado em PACOTES 1 Kg.	PCT	1530	7,78	11.903,40	SIM
94.	FERMENTO BIOLÓGICO P/PÃO	UND	195	19,62	3.825,90	SIM
95.	FERMENTO, QUÍMICO , EM PÓ, Uso PARA BOLO, 1ª QUALIDADE.	UNID	220	7,36	1.619,20	SIM
96.	FLOCOS DE MILHO (PARA CUSCUZ) Embalagem contendo 500g devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido.	PCT	290	6,74	1.954,60	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

97.	FUBA DE MILHO, 1ª QUALIDADE, deverá ser entregue em EMBALAGEM de 1KG	PCT	520	5,50	2.860,00	SIM
98.	GELATINA EM PÓ, Sabor ABACAXI, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
99.	GELATINA EM PÓ, Sabor LIMÃO, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
100.	GELATINA EM PÓ, Sabor MARACUJÁ, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
101.	GELATINA EM PÓ, Sabor Morango, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
102.	GELATINA EM PÓ, Sabor TUTI FRUTI, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
103.	GELATINA EM PÓ, Sabor UVA, Caixa c/ 35g.	UND	480	3,50	1.680,00	SIM
104.	GELATINA SABORES VARIADOS, Caixa c/ 35g.	UND	150	3,50	525,00	SIM
105.	GOIABA MADURA, Fruta FRESCA, FIRME.	KG	120	16,71	2.005,20	SIM
106.	GUARDANAPO DE PAPEL PARA BOLO 22X20CM PACOTE COM 50 UNIDADE	PCT	510	6,54	3.335,40	SIM
107.	INHAME CHINÊS de porte médio/grande de boa qualidade, fresco, compacto e firme, apresentando tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida, estando livre de enfermidade, defeitos graves que alterem a conformação e aparência, sem lesões de origem física/mecânica (rachaduras, perfurações, cortes).	KG	650	9,18	5.967,00	SIM
108.	LARANJA PÊRA; de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	280	35,10	9.828,00	SIM
109.	LEITE CONDENSADO SEMIDESNATADO, latas de 395 gr.	UND	820	10,08	8.265,60	SIM
110.	LEITE DE COCO VIDRO 500 ML	UNID	140	19,70	2.758,00	SIM
111.	LEITE EM PÓ INTEGRAL, EMBALAGEM ALUMINIZADA, PCT C/ 400 GR.	UNID	450	22,84	10.278,00	SIM
112.	LEITE INTEGRAL UHT, liquido, embalagem Tetra Pak com 01 litro.	UND	6450	8,78	56.631,00	SIM
113.	LEITE UHT, SEMIDESNATADO, Zero, Sem Lactose, 1lt.	UNID	560	10,44	5.846,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

114.	MAÇÃ NACIONAL 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	550	12,61	6.935,50	SIM
115.	MACARRÃO SEMOLADO , 1ª qualidade, Tipo Espaguete PCT DE 500g.	PCT	1110	8,58	9.523,80	SIM
116.	MACARRÃO SEMOLADO , Tipo parafuso, pct de 500g.	PCT	1090	6,95	7.575,50	SIM
117.	MAMÃO FORMOSA ; de primeira; livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	310	7,07	2.191,70	SIM
118.	MANDIOCA , Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento.	KG	690	6,15	4.243,50	SIM
119.	MANJERICÃO - desidratado, acondicionado em sacos de polietileno; embalagem de 100g, com data de fabricação e validade.	PCT	135	9,96	1.344,60	SIM
120.	manteiga, extra, com sal, acondicionado em embalagem original de 500 g	UND	65	27,06	1.758,90	SIM
121.	MARGARINA OU CREME VEGETAL , com o mínimo de 60% de lipídios. pote 500Gr.	UND	565	14,13	7.983,45	SIM
122.	MELANCIA de 1ª qualidade in natura sem sinais de rachaduras e hematomas. apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	1050	5,27	5.533,50	SIM
123.	MELÃO 1ª QUALIDADE PRODUÇÃO NACIONAL, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	570	7,10	4.047,00	SIM
124.	MILHO , Comum, Cor BRANCO, Para CANJICA, Pct 500G	PCT	375	7,47	2.801,25	SIM
125.	Milho PIPOCA , 1º Qualidade, INATURA 500GR.	PCT	430	6,73	2.893,90	SIM
126.	MILHO VERDE , em conserva, embalagem lata de 170gr.	UNID	710	5,28	3.748,80	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

127.	ÓLEO DE SOJA, REFINADO, COMESTÍVEL, EM EMBALAGENS PLÁSTICA COM 900 ML.	UND	1430	8,12	11.611,60	SIM
128.	OVOS DE GALINHA, Vermelho, Extra, Classe A, encastelados com blister contendo 12 unidades.	DZ	780	13,85	10.803,00	SIM
129.	PANETONE Chocottone Maxi Trufas. 500 GRS	UND	1230	33,98	41.795,40	SIM
130.	PÃO DE FORMA, pacote com no mínimo 470gr	PCT	580	13,17	7.638,60	SIM
131.	PÃO DE MEL: elaborado à base de mel, farinha de trigo, chocolate, manteiga, especiarias e ovos. Todo revestido com chocolate Blend ao leite e meio amargo, com recheio de castanha do Pará e coco Não poderá conter corante artificial.	UND	50	15,24	762,00	SIM
132.	PÃO DE QUEIJO produzido no dia, macio, sem rigidez	KG	480	38,46	18.460,80	SIM
133.	PÃO FRANCÊS: Peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.	KG	4720	18,71	88.311,20	NÃO
134.	pão integral castanha do Pará e quinoa wickbold grão sabor pacote 500g	UND	150	16,81	2.521,50	SIM
135.	PEIXES (PEIXE IN NATURA, TIPO PINTADO NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA	KG	510	50,78	25.897,80	SIM
136.	PEIXES REDONDO (PEIXE IN NATURA, TIPO TAMBQUI NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA)	KG	660	35,36	23.337,60	SIM
137.	pepino: o produto deverá estar de acordo com a nta 14 (decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece classificação extra: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvido; com polpa intacta e limpa; sem brotos, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência; livre de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes; isento de umidade externa anormal e	KG	500	8,09	4.045,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	enfermidades; sem lesões de origem física e/ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). pertencer à classe 15 (com comprimento entre 15 e 20 cm). deverá atender os padrões microbiológicos da rdc nº 12, de 02/01/01 da anvisa, instrução normativa conjunta sarc/anvisa/inmetro nº 9, de 12/11/02, e do ceagesp, decreto nº6268 de 22/11/07-ma e lei nº9972 de 25/05/00 – anvisa.					
138.	PÊRA , Fruta 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	225	14,29	3.215,25	SIM
139.	pimentão amarelo - sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, ferimento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação com deformação grave.	KG	80	34,79	2.783,20	SIM
140.	PIMENTÃO , FRESCO, FIRME, LIVRE DE LARVAS EM BOAS CONDIÇÕES PARA O CONSUMO HUMANO.	KG	185	9,73	1.800,05	SIM
141.	pimentão vermelho - sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, ferimento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação grave. produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. deve ser de colheita recente.	KG	80	34,79	2.783,20	SIM
142.	PIPOCA DOCE , PACOTE COM 50 GRAMAS EM FARDOS DE 50 PACOTES	FARDO	90	100,84	9.075,60	SIM
143.	PIRULITO em formato de coração, coloração vermelha e sabor morango. Embalagem de 500g contendo aproximadamente 50 unidades.	PCT	255	20,71	5.281,05	SIM
144.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR ABACAXI, PCT COM 1 KG.	KG	570	28,18	16.062,60	SIM
145.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR CAJÁ, PCT COM 1 KG.	KG	250	32,35	8.087,50	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

146.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR GOIABA, PCT COM 1 KG.	KG	590	24,05	14.189,50	SIM
147.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR MARACUJA, PCT COM 1 KG.	KG	700	41,65	29.155,00	SIM
148.	POLPA DE FRUTA , CONGELADA, NATURAL, SABOR ACEROLA, PCT COM 1 KG.	KG	700	26,61	18.627,00	SIM
149.	POLPA DE TOMATE Tradicional 520 Gr.	Und	210	20,16	4.233,60	SIM
150.	presunto em fatias; produto cárneo embutido, cozido, à base de pernil suíno. deve ser presunto (não serão aceitos produtos do tipo apresuntado), com textura firme, coloração uniforme e sabor característico. embalado em pacotes a vácuo produto refrigerado, com validade mínima de 30 dias na data da entrega.p	KG	270	40,76	11.005,20	SIM
151.	QUEIJO TIPO MUSSARELA , 1ª QUALIDADE, FATIADO	KG	350	56,64	19.824,00	SIM
152.	QUIABO REGIÃO	KG	535	8,89	4.756,15	SIM
153.	RECARGA DE AGUA MINERAL GALÃO COM 20 LITROS	UNID	2550	15,98	40.749,00	SIM
154.	REFRIGERANTE 02 LITROS - Sabores Variados. Composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo, isento de corantes artificiais, livre de sujidades,	UND	520	10,13	5.267,60	SIM
155.	REPOLHO , VERDE, In NATURA, 1ª Qualidade, Limpos, Sem Sinais de Estragos e Hematomas. FRESCO, FIRME.	KG	1095	4,80	5.256,00	SIM
156.	REQUEIJÃO CREMOSO tipo copo sem amido de milho, 200GR	UND	185	12,99	2.403,15	SIM
157.	RÚCULA - Ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	MAÇO	730	6,98	5.095,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

158.	SALGADO , (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
159.	SALGADO , (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
160.	SALGADO , (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
161.	SALGADO , (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
162.	SALGADO , (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor pizza com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	185	99,28	18.366,80	SIM
163.	SAL REFINADO , IODADO, PRONTO Para Consumo Humano. PCT 1Kg.	UND	390	3,81	1.485,90	SIM
164.	Salsicha BOVINA tipo HOT DOG, sem pimenta, resfriada, embalagem: pacotes de 5 kg embalados em sacos de plásticos a vácuo; deverá constar data de fabricação, prazo de vencimento, tipo de carne, nº do registro no ministério da agricultura, SIF/SISP/DIPOA, número do lote, e demais dados do produto exigidos pela legislação em vigor.	PCT	95	46,75	4.441,25	SIM
165.	SARDINHA EM CONSERVA LATA 125 G	UNID	350	9,38	3.283,00	SIM
166.	SORVETE SECO (MARIA MOLE) CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	120	56,31	6.757,20	SIM
167.	SUSPIRO cx com 50 unidade	CX	120	47,10	5.652,00	SIM
168.	TEMPERO - CHIMICHURRI , desidratado, acondicionado em sacos de polietileno; embalagem de 100g, com data de fabricação e validade.	PCT	330	33,90	11.187,00	SIM
169.	TEMPERO COMPLETO , temperos e condimentos, de 500gr	PCT	435	10,74	4.671,90	SIM
170.	TOMATE Tipo Regional de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	1010	9,86	9.958,60	SIM
171.	UVA , FRUTA, Tipo Rubi de 1ª Qualidade	KG	200	22,36	4.472,00	SIM
172.	UVA PASSA Cristalizada, 200 Gr	PCT	115	14,93	1.716,95	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

173.	UVAS, Fruta, 1ª Qualidade, Regional, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	430	18,19	7.821,70	SIM
174.	VAGEM- Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	KG	570	22,25	12.682,50	SIM
175.	VINAGRE FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL E VINHO BRANCO, EMBALAGENS DE 750 ML.	UND	220	10,90	2.398,00	SIM

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e quantitativos detalhados por Unidade requisitante encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação foi baseado em consumo dos anos anteriores.

3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – Artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133, de 2021

3.1. A presente contratação visa à aquisição contínua de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, hortifrúti (com entregas semanais) e engarrafados, conforme a necessidade de cada unidade, pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Castanheiras e o poder legislativo.

3.2 A necessidade da contratação decorre da importância desses insumos para a manutenção das atividades institucionais essenciais, que incluem o atendimento direto à população, a execução de programas, ações e serviços públicos, bem como o suporte às rotinas operacionais das diversas unidades.

3.3. Por se tratar também de produtos perecíveis, que exigem qualidade, frescor e reposição constante, faz-se imprescindível que o fornecimento seja realizado de forma contínua e programada, a fim de assegurar a regularidade e a eficiência no atendimento das demandas municipais ao longo de todo o período contratual.



3.4 A contratação também visa otimizar os processos de aquisição, promovendo economia, planejamento e segurança no abastecimento, evitando desabastecimentos que possam comprometer a prestação de serviços públicos essenciais.

3.5. Assim, a aquisição dos gêneros alimentícios ora especificados justifica-se como medida indispensável para garantir o funcionamento adequado das atividades da Administração Pública Municipal, em benefício da coletividade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Requisitos Gerais:

5.1.1 A contratada deverá possuir estrutura logística e operacional que possibilite entregas frequentes (semanais), bem como capacidade de atendimento emergencial sempre que solicitado pela Administração.

5.1.2 Todos os produtos fornecidos deverão ser de **primeira qualidade**, próprios para consumo humano, frescos, íntegros, limpos e isentos de parasitas, resíduos químicos ou quaisquer outras contaminações, atendendo às normas sanitárias vigentes, especialmente as da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da legislação municipal aplicável.

5.1.3 O transporte e o acondicionamento dos produtos devem garantir a conservação, proteção e higiene, utilizando veículos e recipientes adequados, conforme as normas da ANVISA, do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações sanitárias.

5.1.4 A contratada será responsável por todas as providências e custos necessários à execução contratual, incluindo aquisição, separação, embalagem, transporte, seguro e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

5.1.5 A contratada deverá manter sistemas de controle e rastreabilidade dos produtos, com identificação clara da origem e disponibilidade de documentos comprobatórios (notas fiscais, certificados fitossanitários, entre outros), sempre que solicitado pela Administração.

5.1.6 A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação direto (telefone e e-mail) para atendimento das solicitações, acompanhamento das entregas e solução de eventuais intercorrências, inclusive para demandas emergenciais.

5.1.7 A contratada deverá efetuar as entregas nos locais, dias e horários previamente estabelecidos, observando as especificações constantes no pedido e zelando pela pontualidade, qualidade e integridade dos produtos.



5.1.8 A contratada será responsável pela substituição imediata de quaisquer produtos que apresentem sinais de deterioração, impropriedade ao consumo ou não conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

5.1.9 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado.

5.2 Requisitos Técnicos Específicos:

5.2.1 Todos os produtos devem ser entregues em perfeitas condições de conservação, higienização e apresentação, próprios para o consumo humano, isentos de resíduos químicos, parasitas, mofo, odores ou sinais de deterioração.

5.2.2 Frutas, verduras e legumes devem ser frescos, firmes, com coloração e aspecto característicos da espécie e variedade, livres de danos físicos, apodrecimentos, machucados, excesso de maturação ou imaturidade.

5.2.3 Hortaliças folhosas (como alface, couve, agrião e rúcula) devem ser entregues limpas, livres de sujidades, sem folhas murchas, queimadas ou amareladas, e embaladas adequadamente para preservar sua qualidade.

5.2.4 Tubérculos e raízes (como batata, cenoura e beterraba) devem ser entregues inteiros, sem cortes ou fraturas, livres de brotos, manchas ou sinais de apodrecimento.

5.2.5 As frutas deverão apresentar maturação adequada para o consumo, de acordo com o tipo e espécie, evitando-se produtos verdes ou excessivamente maduros que comprometam a durabilidade e o aproveitamento.

5.2.6 O transporte e o acondicionamento devem evitar contaminação cruzada, danos mecânicos e deterioração, respeitando as temperaturas adequadas a cada tipo de produto.

5.2.7 Sempre que possível, recomenda-se a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar local, desde que atendam integralmente às exigências de qualidade e segurança deste Termo de Referência.

5.2.8 A contratada deverá substituir, de imediato, qualquer item em desconformidade com as especificações, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.9 A Administração poderá inspecionar os produtos no ato da entrega, reservando-se o direito de recusar aqueles que não atendam aos padrões exigidos.

5.3 Requisitos Legais:



5.3.1 A contratada deverá observar integralmente a legislação vigente relacionada ao fornecimento de gêneros alimentícios (hortifruti), garantindo a regularidade, qualidade e segurança dos produtos.

5.3.2 É de responsabilidade da contratada assegurar que os produtos sejam adquiridos de fornecedores legalmente autorizados, conforme as exigências da ANVISA, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e das Normas de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos.

5.3.3 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado:

- a) comprovação de procedência dos produtos, incluindo notas fiscais e, se aplicável, certificados de Boas Práticas Agrícolas (BPA);
- b) regularidade junto aos órgãos de fiscalização sanitária (alvará sanitário, licenças);
- c) certificação de veículos transportadores junto à Vigilância Sanitária.

5.3.4 O transporte deve ser realizado em veículos adequados, higienizados e que garantam condições sanitárias compatíveis com a natureza perecível dos alimentos, conforme normas da ANVISA, Vigilância Sanitária e MAPA.

5.3.5 O descumprimento das obrigações legais implicará a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

5.3 Sustentabilidade:

5.3.1 A contratada deverá adotar práticas sustentáveis no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo hortifruti, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Priorização de produtos provenientes da agricultura familiar, orgânica ou agroecológica, sempre que possível, desde que atendam integralmente às especificações de qualidade e segurança alimentar;
- b) Redução do uso de embalagens plásticas descartáveis, com preferência por embalagens biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis, compatíveis com a preservação e integridade dos produtos;
- c) Planejamento logístico que minimize deslocamentos e impactos ambientais, preferencialmente com o uso de veículos que atendam a padrões de eficiência energética e emitam menores níveis de poluentes;
- d) Fornecedor de produtos provenientes de produtores ou fornecedores legalmente regularizados, com licenças ambientais e sanitárias vigentes, observando os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental;



e) Comprometimento com práticas de responsabilidade socioambiental, demonstráveis mediante apresentação de certificações, selos ambientais ou políticas internas, sempre que solicitado.

5.3.4 A contratada responderá integralmente por quaisquer danos ambientais, sociais ou econômicos causados no âmbito da execução contratual, especialmente aqueles relacionados ao transporte inadequado, descarte incorreto de resíduos ou embalagens, bem como à aquisição de produtos oriundos de fontes não regularizadas. Havendo passivo, deverá implementar, de forma imediata, medidas corretivas e mitigadoras, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da responsabilidade socioambiental.

5.5 Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1 Para a contratação em tela, fica dispensado.

5.6 Da Exigência de Amostra

5.6.1 Para a contratação em tela, fica dispensado.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato, pelo contratado, conforme as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA GARANTIA

7.1 A licitante vencedora deverá assegurar que todos os produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, conforme as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos competentes, observando também os direitos do consumidor. Caso sejam entregues produtos em desconformidade com as especificações estabelecidas, a contratada será obrigada a substituí-los, sem qualquer ônus para a contratante, no prazo estipulado no contrato, até o atendimento integral das condições previstas na proposta vencedora.

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Das especificações do fornecimento

8.1.1 A contratada deverá iniciar as entregas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município.

8.1.2 O fornecimento será efetuado de forma parcelada, conforme as solicitações das unidades requisitantes, mediante emissão prévia de requisição de fornecimento



acompanhada da respectiva nota de empenho.

8.1.3 As demandas poderão ocorrer com frequência semanal ou conforme necessidade, especialmente considerando a natureza rotineira da reposição de gêneros alimentícios do tipo hortifruti, laticínios e frios, devendo a contratada assegurar capacidade logística suficiente para atendimento imediato e eficiente, de modo a garantir o fornecimento de produtos frescos, de qualidade e em condições adequadas para o consumo.

8.1.4 A contratada deverá garantir atendimento imediato e prontidão para solicitações emergenciais, especialmente aquelas que possam comprometer a continuidade das atividades essenciais das unidades requisitantes.

8.1.5 A entrega será realizada na modalidade CIF, em locais designados pela Administração, sendo de total responsabilidade da contratada os custos com transporte, seguro, tributos, descarregamento e quaisquer outros encargos incidentes.

8.1.6 O transporte deverá ocorrer em veículos apropriados, em condições de segurança, limpeza e conservação, observando-se as normas específicas para o transporte de produtos perecíveis e hortifruti, conforme a legislação sanitária vigente, de modo a garantir a integridade e a qualidade dos alimentos.

8.1.7 Os produtos hortifruti, laticínios e frios deverão serem entregues em perfeitas condições de integridade, higiene e conservação, livres de danos físicos, contaminações, deteriorações ou quaisquer irregularidades, refrigerados com grau de maturação adequado ao consumo, prazo de validade vigente, e devidamente acondicionados e rotulados conforme as normas sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis.

8.1.8 A CONTRATADA será responsável pela entrega dos itens até o local solicitado, não cabendo à CONTRATANTE fornecer mão de obra para descarga, transporte interno ou movimentação dos produtos.

8.1.9 O descumprimento das condições de fornecimento poderá ensejar as sanções previstas no contrato e na legislação vigente, incluindo aplicação de penalidades e exclusão do registro de preços.

8.2.3 Local de entrega: Almoxarifado central, Av. jacaranda número 100, bairro centro, Castanheiras/RO no horário das 07: 30 às 13:30 h de segunda-feira a sexta-feira.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 Fiscalização

9.5.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela unidade requisitante e pelo gestor do contrato, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observadas as competências definidas na legislação aplicável.

9.5.2 A fiscalização consistirá na verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta da contratada, cláusulas contratuais e normas técnicas pertinentes.

9.5.3 Todas as ocorrências relevantes durante a execução contratual deverão ser registradas, incluindo atrasos, inconformidades, falhas de entrega ou quaisquer situações que impactem o fornecimento.

9.5.4 Constatadas irregularidades, o gestor ou responsável pela fiscalização comunicará a contratada para as devidas correções e, se necessário, adotará as providências administrativas cabíveis.

9.5.5 O responsável acompanhará a documentação necessária para os pagamentos, verificando a regularidade da nota fiscal, conformidade dos bens e o cumprimento das demais obrigações contratuais.

9.8 Gestão do Contrato

9.8.1 O gestor do contrato será designado por ato formal da autoridade competente e será responsável pela coordenação geral da execução contratual, garantindo a adequada tramitação e controle de todos os documentos relacionados ao contrato, incluindo ordens de fornecimento, aditivos, prorrogações e registros de ocorrências.

9.8.2 Compete ao gestor assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada durante toda a execução contratual, com atenção especial à regularidade fiscal e trabalhista, à existência de garantias contratuais e à conformidade com os critérios pactuados.



9.8.3 O gestor deverá acompanhar a execução contratual, registrando todas as ocorrências relevantes nos autos do processo, de modo a subsidiar eventuais tomadas de decisão

9.8.4 Identificado o descumprimento contratual, o gestor deverá propor, com base em relatórios técnicos ou fiscais, a instauração de processo administrativo sancionador, em conformidade com o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, podendo encaminhar os autos à comissão responsável ou setor competente.

9.8.5 Quando for de interesse da Administração, o gestor deverá adotar as providências necessárias para prorrogação, repactuação, revisão, ou alteração contratual, inclusive solicitando manifestação da contratada e acompanhando a tramitação até o pronunciamento jurídico.

9.8.6 Ao final da execução contratual, o gestor deverá elaborar relatório técnico conclusivo, contendo análise crítica da execução, apontamento de eventuais falhas, propostas de melhoria e avaliação da vantajosidade da contratação.

10. CRITÉRIOS MEDIÇÃO DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

10.1 O RECEBIMENTO se efetivará nos seguintes termos:

10.1.1. O recebimento dos gêneros alimentícios – hortifrúti, laticínios e frios, será realizado por servidor designado, que verificará a conformidade dos itens entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada e nas normas sanitárias vigentes.

10.1.2. Os produtos que apresentarem inconformidades quanto à qualidade, frescor, maturação inadequada, danos físicos ou quaisquer condições que os tornem impróprios para o consumo serão rejeitados total ou parcialmente, devendo ser substituídos pela CONTRATADA **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a Administração.

10.1.3 A entrega será realizada de forma programada, conforme as solicitações e necessidades específicas de cada unidade administrativa, devendo a CONTRATADA garantir a pontualidade e a adequação dos produtos entregues a cada programação.

10.1.4. Produtos rejeitados estarão sujeitos a nova verificação antes da aceitação definitiva, podendo ser recusados novamente caso persista a desconformidade.

10.1.5 O pagamento será efetuado após o recebimento dos produtos em perfeitas condições, de acordo com as especificações contratuais, e mediante apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente conferida e atestada pelo servidor responsável.

10.2 Liquidação

10.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de



10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.7.1 Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos previstos no Art. 137 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, nas formas previstas no art. Art. 138 da Lei n.º



14.133/21.

10.2.8 Havendo a efetiva entrega do objeto, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

10.3 Prazo de Pagamento

10.3.1 – O pagamento deverá ser efetuado, em até 20 (vinte) dias após a liquidação da despesa, que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, pelo setor Financeiro, após o efetivo fornecimento e mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada por funcionário devidamente designado, no valor correspondente ao quantitativo comprovadamente executado.

10.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\%/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.10. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

10.4 Forma de Pagamento

10.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.4. - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



10.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo primeiro; Fica assegurado o estabelecimento do reequilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução;

Parágrafo segundo; As alterações obedecerão ao disposto nos artigos 124 ao 129, ao 131 e 134, da Lei nº 14.133/2021;

10.4.6. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do objeto, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

10.4.7. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

10.4.8 No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.4.9 A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se o objeto entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

10.4.10 Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

10.4.11. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

10.4.12. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145º da lei 14.133/2021).

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, adotando o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR



ITEM, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital.

11.2 Do Modo de Disputa

11.2.1 Na licitação, recomenda-se a utilização do modo de disputa ABERTO, como previsto no Art. 56, I, da Lei 14.133/21.

11.3 Exigências de Habilitação

11.3.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

11.3.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.
- f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

- a) Cartão de CNPJ;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021).
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida



comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021);

- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/2021);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/2021).
- f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/2021);
- g) Declaração Conjunta de:
 - Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
 - Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/2021);
 - Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
 - Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
 - Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

11.3.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):



A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);

11.3.5. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Atestados de capacidade técnica ou declarações de fornecimento anterior, comprovando que a empresa já forneceu gêneros alimentícios, preferencialmente hortifrúti, para órgãos públicos, empresas ou instituições privadas, demonstrando experiência prévia na atividade, com características pertinentes e compatíveis com o objeto ora licitado.
- b) Apresentação do Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, documento emitido pela Vigilância Sanitária competente, que autoriza a atividade de comércio, armazenamento, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, atestando condições adequadas de higiene, segurança e boas práticas sanitárias.
- c) Declaração de Ciência e Responsabilidade Técnica, assinada pelo representante legal da empresa ou pelo responsável técnico, atestando:
 - ciência das exigências legais e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de hortifrúti, laticínios e frios;
 - compromisso de que os produtos fornecidos atenderão às especificações de qualidade, segurança e higiene;
 - que a empresa manterá o cumprimento das normas sanitárias vigentes durante toda a execução do contrato.

11.4. Da participação das empresas

11.4.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

11.4.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

11.4.3. Atendam as todas as exigências da Lei, inclusive quanto à documentação, constantes do edital e seus anexos, arcando os licitantes com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas



11.4.4 Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no Art. 14, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;
- b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;
- d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do Art. 46 da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14º da Lei 14.133/2021;
- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

11.4.5. Nos termos do Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

11.4.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

11.4.7 Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.041.502,58 (dois milhões e quarenta e um mil e quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos)** conforme custos unitários constantes no item 1.10 deste termo. Cabe destacar que esse valor é estimativo de modo que, ainda que haja contratação, as unidades administrativas não são obrigadas a executar todo esse valor, sendo que o consumo será de acordo com a demanda destas unidades.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento de cada Órgão participante deste Registro de Preços, de acordo com as dotações discriminadas nos pedidos de compra e suas respectivas justificativas, conforme abaixo:

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Castanheiras

Unidade Orçamentária: 02.003 - **Secretaria Municipal de Administração**

Projeto/Atividade: 2.009 - Manutenção Das atividades da secretaria de Administração.

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido: 32

Unidade Orçamentária: 02.009 - **Secretaria Municipal de Saúde**

Projeto/Atividade: 2.101 - Manutenção Dos fundo municipal de saude 15%

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido: 8

Projeto/Atividade: 2.203 – SUS custeio atenção basica

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido: 22

Unidade Orçamentária: 02.012 - **Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos**

Projeto/Atividade: 2.012 - Manutenção Das atividades da secretaria de obras

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido:49

Unidade Orçamentária: 02.010 - **Secretaria Municipal Assistencia Social**

Projeto/Atividade: 2.047 - Manutenção das atividades voltadas a terceira idade



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido:3

Projeto/Atividade: 2.043 - Manutenção fundo municipal de assistência social

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido:17

Unidade Orçamentária: 02.099 - **Secretaria Municipal Educação e Cultura**

Projeto/Atividade: 2.020 - Manutenção das atividades da secretaria de educação e cultura 5% e 25%.

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido:72

Projeto/Atividade: 2.026 - Manutenção do PNATE FNDE

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido:92

Órgão: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 02.003 - **Secretaria Municipal de Administração**

Projeto/Atividade: 01.001 - Manutenção Das atividades administrativas

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Reduzido: 5

13.2 As dotações orçamentárias indicadas neste termo poderão sofrer alterações, ajustes ou atualizações, em decorrência de remanejamentos, suplementações, anulações ou outras modificações orçamentárias que se façam necessárias, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique alteração do objeto contratado.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Capítulo X Seção V e seus Artigos da Lei 14.133/21; Lei Municipal 1.177/2025):

14.1. Órgão Gerenciador (Art. 240 Lei Municipal 1.177/2025):

14.1.1. Compete ao Órgão Gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP.

- a) Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- c) Autorizar os pedidos de liberação realizados pelos órgãos participantes;
- d) Controlar o quantitativo da Ata para futuras adesões.
- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades não participantes, a figura do “carona”, o qual é “outro” órgão que não fez a manifestação da intenção de participar no prazo da lei. A “carona” será autorizada quando houver justificativa plausível e o aceite do órgão gerenciador e do fornecedor (Art. 86 § 2º da Lei 14.133/2021);
- f) Controlar o “carona”, que deverá contratar máximo de 50% (cinquenta por cento)



dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

- g) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados;
- h) Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- i) Cancelar a Ata nas hipóteses da lei.

14.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.2.1. Relação das Secretarias e setores participantes:

- Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
- Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
- Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC
- Câmara Municipal de vereadores

14.2.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram deste Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador com aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor, o quantitativo decorrente da adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata.

14.3. Compete ao órgão ou à entidade participante:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e



registrá-las no SICAF; e

e) Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Depois de homologado o resultado do Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato referente ao fornecimento contínuo e programado de gêneros alimentícios dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2. O prazo para a assinatura contratual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ordenador despesa.

15.3 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.4 Quando a licitante convocada não assinar contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinatura de contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

15.5. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput).

15.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120º).

15.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput).

15.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º).

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

16.1. A empresa contratada deverá entregar os produtos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos, avarias ou sinais de deterioração, com datas de validade e condições de maturação adequadas ao consumo e distribuição, sendo aplicadas todas as normas e exigências do



Código de Defesa do Consumidor e da legislação sanitária vigente.

16.2. Arcar com todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo carga, descarga, armazenagem, frete, impostos, taxas, contribuições, encargos sociais, mão de obra e outros custos necessários para a execução do contrato.

16.3. Entregar os produtos em perfeitas condições de consumo, higienizados quando couber, e acondicionados adequadamente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

16.4. Responsabilizar-se pela observância e fiel cumprimento das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, federais, estaduais e municipais, direta e/ou indiretamente aplicáveis ao contrato.

16.5. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos, bem como amostras para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

16.6. Responder por quaisquer danos causados à Administração, terceiros ou a seus próprios empregados, por ação ou omissão de seus prepostos, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência, dolo, culpa ou descumprimento das normas de segurança durante a execução do contrato.

16.7. Permitir que a CONTRATANTE, sempre que julgar necessário, fiscalize o fornecimento dos produtos.

16.8. Entregar os produtos dentro dos prazos e condições estabelecidos, em perfeito estado de conservação, respeitando a integridade das embalagens, quando houver, e os requisitos específicos de transporte e armazenamento de produtos perecíveis, conforme sua natureza.

16.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, os produtos entregues fora das especificações contratuais ou que apresentem sinais de maturação excessiva, deterioração, contaminação, ou estejam impróprios para o consumo.

16.10. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE relacionadas ao fornecimento e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

16.11. Corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou não conformidade com as exigências contratuais.

16.12. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da CONTRATANTE, mediante uso de uniforme e/ou crachá.

16.13. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de acidentes, ações ou omissões dolosas ou culposas durante a execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade pela existência de fiscalização por parte da CONTRATANTE.

16.14. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que forem solicitados.



16.15. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme o art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

16.16. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas relativas ao fornecimento dos produtos.

16.17. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do vencimento do prazo de entrega, quaisquer motivos que possam impedir o cumprimento da obrigação contratual.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

17.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência, garantindo a disponibilidade de local apropriado para o recebimento e conferência dos produtos perecíveis.

17.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

17.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

17.5. Conferir o objeto recebido e as notas fiscais, atentando-se especialmente às condições de conservação, qualidade e conformidade dos produtos, verificando se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

17.7. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer objeto entregue que apresente sinais de deterioração, maturação inadequada, danos físicos ou não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

17.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência.

17.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

17.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.



17.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

18.1. O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

18.2. As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

18.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. De acordo com o Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, configura infração administrativa a prática das seguintes condutas pelo CONTRATADO:

I – Infrações Administrativas

- a) Inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Não entrega da documentação exigida para o certame;
- e) Não manutenção da proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;
- f) Recusa em celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) Retardamento injustificado da execução ou da entrega do objeto contratado;
- h) Apresentação de declaração ou documentação falsa, seja na fase do certame



ou durante a execução do contrato;

- i) Fraude na contratação ou na execução do contrato;
- j) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- k) Prática de atos ilícitos que frustrem os objetivos da contratação;
- l) Cometimento de atos lesivos previstos no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

II – Sanções Aplicáveis

19.2. O responsável pelas infrações listadas no item 19.1 estará sujeito às seguintes penalidades, conforme o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência – Aplicável à inexecução parcial do contrato, desde que não justifique penalidade mais grave (Art. 156, §2º);
- b) Impedimento de licitar e contratar – Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, para condutas descritas nos itens 19.1.b a 19.1.g, sempre que não couber penalidade mais grave (Art. 156, §4º);
- c) Declaração de inidoneidade – Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, para condutas descritas nos itens 19.1.h a 19.1.l, bem como para infrações que justifiquem sanção mais severa (Art. 156, §5º);
- d) Multa moratória – Aplicação de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias (Art. 156, §3º; Art. 162);
- e) Multa compensatória – Aplicação de 10% (dez por cento) sobre:
 - O valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;
 - O valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial (Art. 156, §3º; Art. 162, Parágrafo Único).

III – Critérios para Aplicação das Sanções

19.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados os seguintes critérios (Art. 156, §1º):

- Natureza e gravidade da infração;
- Peculiaridades do caso concreto;
- Circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Danos causados à Administração Pública.

19.4. A advertência (item 19.2.a) será aplicada exclusivamente à inexecução parcial do contrato, quando não for justificada penalidade mais severa (Art. 156, §2º).

19.5. A declaração de inidoneidade (item 19.2.c) dependerá de análise jurídica prévia e será de competência exclusiva da autoridade máxima da Secretaria, ou seja, dos



Secretários (Art. 156, §6º).

19.6. As sanções previstas nos itens 19.2.a (advertência), 19.2.b (impedimento) e 19.2.c (declaração de inidoneidade) poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas (itens 19.2.d e 19.2.e) (Art. 156, §7º).

IV – Regras para Cobrança de Multas e Garantias

19.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos ao CONTRATADO ou, caso não haja saldo, cobrado judicialmente.

19.8. Se a multa e eventuais indenizações forem superiores ao valor devido pela Administração, o saldo restante será cobrado:

- Mediante desconto na garantia prestada, se houver;
- Judicialmente, caso o valor excedente não possa ser compensado (Art. 156, §8º).

19.9. Antes da aplicação das multas moratória (item 19.2.d) e compensatória (item 19.2.e), será assegurado o direito de defesa ao contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação (Art. 157).

19.10. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública (Art. 156, §9º).

19.11. A aplicação das penalidades de impedimento e inidoneidade (itens 19.2.b e 19.2.c) exige a instauração de processo de responsabilização, conforme os procedimentos do Art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20. INFORMAÇÕES GERAIS:

20.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo email **supel@castanheiras.ro.gov.br** na SUPEL – Superintendência de Licitação situado na Av. Jacarandá, nº 100 Bairro: Centro-, CEP: 76.948-000, Castanheiras/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

20.2. O presente Termo de Referência define de forma clara e objetiva o objeto e as especificidades da contratação, servindo de base para a Administração iniciar o processo de licitação voltado ao fornecimento contínuo e programado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas), Engarrafados entre outros, para atender todas as secretarias da administração do poder executivo e o poder legislativo, conforme a demanda.

21. DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da comarca de Presidente Medici/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Castanheiras/RO, 12 de Agosto de 2025

Elaborado por:

ANA MARIA GONCALVES DA SILVA
DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Matrícula 14007

De acordo:

Paulo Roberto Alvez Machado
Secretário – SEMAD

André de Oliveira
Presidente – Câmara Municipal

Sandra Aparecida Fernandes Buback
Secretária – SEMAS

Maria Aparecida Ferrari
Secretária – SEMEC

Waine Batista de Moraes
Secretário – SEMOSP

Jonatan Barbosa Dos Santos
Secretário – SEMUSA



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO I QUANTIDADE POR SECRETARIAS

	Descrição	Unidade	SEMAD	SEMEC	SEMUSA	SEMOSP	SEMAS	CÂMARA	Total
1	ABACAXI , MADURO NATURALMANETE, deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo.	KG	50	225	150,00	5,00	120	15	565
2	ABÓBORA , de primeira, apresentando-se de ótima qualidade sem defeitos, suficientemente desenvolvida, com aspecto, aroma e sabor típico da variedade, sem rachaduras ou cortes na casca; polpa intacta e limpa; deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para consumo. Sem apresentar danos mecânicos, sem estar deterioradas e estar ausente de ataque de pragas.	KG	0	150	270	20	50		490
3	AÇAFRÃO - Açafrão: Pó fino de açafrão com coloração amarelada e sem presença de sujidade ou matérias estranhas embalagem de polietileno atóxico, transparente, resistente, contendo 20g e prazo de validade de 12 meses.	PCT	5	10	200	30	10		255
4	ACHOCOLATADO , Tipo em PÓ, 1ª QUALIDADE, PÓ HOMOGÊNEO, PACOTE de 400gr	UND	20	1250	350		50	15	1685
5	AÇÚCAR CRISTAL , COR BRANCO Embalado em Pacotes de 02Kg.	UND	200	350	800	50	100	200	1700
6	AGUA MINERAL, GARRAFA PET DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES	FARDO	100	30	110	50	50	100	440
7	ALFACE (MAÇO C/ 03 PÉS) , SELECIONADO 1ª QUALIDADE, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, RESÍDUO DE FERTILIZANTES	Maço	30	480	400	50	120		1080
8	ALHO , NACIONAL, Branco De 1ª Qualidade, Com Grãos Graúdos, Novo.	KG	10	290	300	100	30		730
9	AMENDOIM , Graudo, Sem Pele, Torrado, Regional	KG	10	80	250		30	5	375
10	AMIDO DE MILHO PCT C/ 500g.	KG	0	30	150		20		200
11	APRESUNTADO EM FATIAS.	KG	30	50		30	0	30	140

12	ARROZ Agulhinha Longo, Fino, Polido, Tipo 1, Sem Glúten. PACOTE 5 KG	UND	50	650	600	200	120		1620
13	AVEIA EM FLOCOS - Produto obtido através de processos tecnológicos adequados da semente sadia de aveia. Deve apresentar-se sob forma de aveia em flocos.	UNID	0	50	180		30		260
14	AZEITONA , Com Caroço, 500GR.	VD	20	100	250	5	60		435
15	BACON , Defumado, em pedacos.	KG	20	50	100	5	30		205
16	BALA DE CAMELADA (MEIO A MEIO) LEITE E CHOCOLATE, EMBALAGEM 660G.	PCT	10	100	60		50	25	245
17	BALA DURA DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substâncias que caracterizam o produto, como suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se consistente; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	10	100	60		50	5	225
18	BALA MOLE DE FRUTAS , produto preparado à base de açúcares fundidos e adicionado de substâncias que caracterizam o produto, com suco de frutas, óleos essenciais e adicionados de outras substâncias permitidas; a principal característica do produto é o de apresentar-se macio; Acondicionado em embalagem plástica de 500Gr. Diversos sabores: tutti-frutti, morango, uva, abacaxi, banana.	PCT	10	100	60		50	5	225
19	BANANA DA TERRA : in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	KG	30	230	360	20	30		670
20	BANANA MAÇÃ , LEGITIMA, 1ª QUALIDADE.	KG	30	600	100	20	60	10	820
21	BATATA DOCE - Características: Batata doce de 1ª qualidade, com casca sã, sem ferimentos, frescas, com grau de maturação médio, intactas, livres de rachaduras, cortes e esmagamento. Livres de material terroso na superfície externa isentas de umidades e superfície pegajosa, aspecto, cor e odor característico.	KG	0	500	400	20	20		940

22	BATATA , Tipo INGLESA, Produção NACIONAL, 1ª QUALIDADE, FRESCA.	KG	30	625	600	30	60		1345
23	BATATA PALHA , Salgado, Pacote de 500 gramas, fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralado tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans. A batata deve ser obtida, processada, embalada, armazenada e conservada em condições que não produzam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária: filme composto de polietileno, poliéster e alumínio ou similar, hermeticamente fechado com capacidade para 500 gramas.	PCT	10	50	100		50		210
24	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) SABORES VARIADOS 900gr.	KG	30	3.000	400		100	30	3560
25	BEBIDA LÁCTEA (IOGURTE) ZERO LACTOSE SABORES VARIADOS DE 900Gr.	UND	0	750	50		100	10	910
26	BETERRABA DE PRODUÇÃO NACIONAL, 1ª QUALIDADE.	KG	0	460	400		30		890
27	BISCOITO SALGADO , Tipo AGUA e SAL, 400GR.	PCT	30	2000		10	50		2090
28	BISCOITO DOCE tipo maisena, 400gr	PCT	30	2000	400	10	50	30	2520
29	BISCOITO DOCE , Tipo Rosquinha, Leite 400 Gr.	PCT	30	80	400	10	50	30	600
30	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA, Chocolate 400Gr.	PCT	0	900	400	10	50	30	1390
31	BISCOITO DOCE , Tipo ROSQUINHA, Coco 400Gr.	PCT	30	2000	400	10	50	30	2520
32	BISCOITO SALGADO Tipo Cream Cracker, 400Gr.	PCT	30	2000	400	10	50	30	2520
33	BOLO , Alimento, Confeitado, Recheio em Doce de Leite	KG	200	150	80	5	120		555
34	BOLO , Alimento, FUBÁ, SIMPLES, sem confeites e recheio	KG	20	150	100	5	20	15	310
35	BOLO , Alimento, SIMPLES	KG	20	50	100	5	50	15	240
36	BOLO TIPO INGLÊS Diversos Sabores	KG	20	50	120		50	15	255
37	BOMBOM CAIXA de 240 a 250 Gramas	CX	30	1000	200	5	150		1385
38	CAFÉ TORRADO E MOIDO , Pcts 500g, 1ª QUALIDADE, EMBALADO A VACUO.	PCT	200	30	750	80	50	250	1360
39	CAIXA DE BOMBOM BIS 126 g	UND	30	1000	250		150		1430
40	CALDO de CARNE , TABLETE, cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	5	0	100		20		125
41	CALDO de GALINHA CAPIRA , cx com 126 g- 12 tabletes.	TABLET	5	0	100		20		125
42	CANELA EM PO PCT C 30GR.	UNID	0	20	200	20	15		255

43	CARÁ - De 1ª qualidade, fresco, compacto e firme sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniforme.	KG	0	225	300		20		545
44	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Moída (tipo coxão mole, patinho.	KG	150	1.900	600		70		2720
45	CARNE BOVINA , 1ª Qualidade, Sem Osso (tipo alcatra, contra- filé), in natura, em pedaços.	KG	150	300	300	300	100		1150
46	CARNE BOVINA , 1º Qualidade, sem osso em Bife .	KG	50	300	900	300	70		1620
47	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, COSTELA.	KG	100	300	500	300	70		1270
48	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, SEM Osso, Em Pedacos.	KG	15	300	900	300	70		1585
49	CARNE BOVINA , 2ª Qualidade, Tipo Fraldinha, Paleta, Acém.	KG	45	600	400	300	70		1415
50	CARNE, FRANGO , GRANJA, INTEIRO , Sem Tempero, CONGELADO.	KG	30	700	300	300	70		1400
51	CARNE, FRANGO , Tipo PEITO, CONGELADO	KG	40	600	300	100	50		1090
52	CARNE, FRANGO , Tipo COXA e SOBRECOXA , CONGELADA.	KG	40	2.000	900	100	50		3090
53	CARNE, LINGUIÇA , Tipo Mista 50% bovina 50% suína.	KG	20	20	400	50	30		520
54	CARNE SUÍNA , congelada, não temperada, sem manchas e parasitas, embalado em saco plástico não tóxico.	KG	0	0	900	100	50		1050
55	CEBOLA Graúda De 1ª Qualidade, in natura.	KG	15	450	300	150	60		975
56	CENOURA , In NATURA, 1ª QUALIDADE, Grandes, Seleccionadas, FRESCA.	KG	15	560	500	30	60		1165

57	CHÁ; DE CAMOMILA; Flores de Camomila; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30	20	20	5	115
58	CHÁ; DE ERVA CIDREIRA; Composto de Folhas e Ramos de Erva Cidreira (melissa Officinalis); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30	20	20	5	115
59	CHÁ; DE ERVA DOCE; Sementes de erva doce; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30	20	20	5	115
60	CHÁ; DE ERVA MATE SABOR LIMÃO; Composto de Folhas e Talos de Erva Mate (ilex Paraguariensis); Aromatizante de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30	20	20		110
61	CHÁ; DE HORTELÃ; Folhas e Ramos de Hortelã (menta Piperita) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão ; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega .	CX	20	20	30	20	20	5	115

62	CHÁ; DE MORANGO; Composto de Frutos de Morango, Flores de Hibisco; Frutos e Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	CX	0	20	30		20		70
63	CHA MATE TOSTADO CX 250 GR.	CX	80	300	500	20	100	50	1050
64	CHÁ; MISTO CÍTRICO; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco, Frutos e Flores de Rosa Silvestre; Casca de Laranja, Casca de Limão e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega;	5	20		30		20		70
65	CHÁ; MISTO DE FLORES E FRUTAS; Composto de Frutos de Maca, Flores de Hibisco; Flores de Rosa Silvestre e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	0	20	30		20		70
66	CHÁ; MISTO DE LARANJA, CRAVO E CANELA; Composto de Folhas e Cascas de Laranja, Casca de Canela, Cravo Da Índia; Frutos de Maca, Flores de Hibisco e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30		20	5	95

67	CHÁ; MISTO DE MAÇA COM CANELA; Composto de Frutos de Maca, Casca de Canela e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega.	Cx	20	20	30		20	5	95
68	CHÁ; MISTO SABOR GENGIBRE; Composto de Frutos de Maca, Gengibre, Casca de Canela; Casca de Laranja, Cravo e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega.	CX	20	20	30		20		90
69	CHARQUE BOVINO com 10% de gordura totalmente embalado a vácuo, pacote com 500g.	KG	0	50	250		30		330
70	CHÁ; VERDE; Composto de Folhas e Talos Da Camélia Sinensis; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sacke Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão;	CX	0	20	30		20		70
71	CHEIRO VERDE, Selecionado de 1º qualidade, livre de sujidade, parasitas, larvas e resíduos de fertilizantes.	MAÇO	20	200	450	30	40		740
72	CHOCOLATE BOMBOM PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1 KG	PCT	4	75	100		80		259
73	CHOCOLATE PÓ SOLÚVEL, com 50% de cacau, embalagem de 200g, com data de fabricação e validade.	PCT	0	50	50		20	10	130
74	CHOCOLATE SORTIDOS (Tipo ovos de pascoa) 300g unidade	UND	150	800	180		200		1330
75	CHUCHU- de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	0	200	400	5	20		625
76	COCO RALADO, Branco, Úmido, adoçado, deverá ser entregue em embalagens com pacotes de 100 Gr.	KG	0	45	140		25		210

77	COLORIFICO NATURAL (colorau), devera ser entregue em pacote com 500 gr.	KG	2	110	100	30	10		252
78	CONDIMENTO ORÉGANO: DESIDRATADO: ERVA SECA, SEM ADULTERAÇÕES E CONTAMINAÇÕES DE QUALQUER ESPÉCIE, NA EMBALAGEM DEVE CONTER INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU LOTE, DATA DE VALIDADE.UNIDADE DE 100GR.	KG	2	12	100		10		124
79	COUVE FOLHA _ Tipo manteiga de tamanho médio, talo verde ou roxo, inteiros, coloração uniforme e sem manchas bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Molho de no mínimo 7 folhas.	Maço	0	200	400	10	120		730
80	CREME DE LEITE, LEVE UHT HOMOGENEIZADO Tipo 1, 17% DE GORDURA, CAIXA C/ 200g.	UND	2	100	500		80		682
81	CREME DE MAIONESE , embalagem plástica tipo sachê de 500 gr.	UNID	15	50	500		50		615
82	ERVILHA TIPO SACHÊ em conserva sem adição de açúcares e sal 170gr.	PCT	0	20	400	5	20		445
83	EXTRATO DE TOMATE , Embalagem Primaria Copo VIDRO190Gr	UND	15	200			30		245
84	EXTRATO DE TOMATE Tipo Sachê, Sem Gordura Saturada, Sem Gordura Trans, caixa com 190gr.	UNID	10	520	600	100	50		1280
85	FARINHA DE MANDIOCA SECA , torrada, fardo com 10 embalagens de 1kg.	KG	10	300	150	5	30		495
86	FARINHA DE TRIGO , SEM FERMENTO, Enriquecida com ferro e acido folico, tipo 1, PCT embalagem Primaria em Plástico.	PCT	0	70	500		50		620
87	FARINHA TAPIOCA , Farinha de tapioca, Subgrupo Granulada, Tipo1. Embalagem: saco plástico transparente, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Peso líquido de 500g. Validade mínima de 06 (seis)	PCT	0	0	180		20	10	210

88	FAROFA DE MANDIOCA PRONTA TRADICIONAL 500GR	UND	10	0	150		20		180
89	FEIJÃO PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, CONTENDO 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	0	30	250	10	20		310
90	FEIJÃO , Tipo CARIOQUINHA, 1ª QUALIDADE, SEPARADO, deverá ser entregue embalado em PACOTES 1 Kg.	PCT	20	680	500	300	50		1550
91	FERMENTO, QUÍMICO , EM PÓ, Uso PARA BOLO, 1ª QUALIDADE.	UNID	0	50	150		20		220
92	FLOCOS DE MILHO (PARA CUSCUZ) Embalagem contendo 500g devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido.	PCT	0	50	200	20	20		290
93	FUBA DE MILHO , 1ª QUALIDADE, deverá ser entregue em EMBALAGEM de 1KG	PCT	0	160	300	30	30		520
94	GELATINA EM PÓ , Sabor ABACAXI, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
95	GELATINA EM PÓ , Sabor LIMÃO, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
96	GELATINA EM PÓ , Sabor MARACUJÁ, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
97	GELATINA EM PÓ , Sabor Morango, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
98	GELATINA EM PÓ , Sabor TUTI FRUTI, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
99	GELATINA EM PÓ , Sabor UVA, Caixa c/ 35g.	UND	2	30	400		50		482
100	GELATINA SABORES VARIADOS , Caixa c/ 35g.	UND	0	30			120		150

101	GOIABA MADURA , Fruta FRESCA, FIRME.	KG	0	20	80		20		120
102	GUARDANAPO DE PAPEL PARA BOLO 22X20CM PACOTE COM 50 UNIDADE	PCT	30	250		10	200	50	540
103	INHAME CHINÊS de porte médio/grande de boa qualidade, fresco, compacto e firme, apresentando tamanho uniforme e suficientemente desenvolvida, estando livre de enfermidade, defeitos graves que alterem a conformação e aparência, sem	KG	0	300	300	20	30		650
104	LARANJA PÊRA ; de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	20	150	80		30	20	300
105	LEITE CONDENSADO SEMIDESNATADO , latas de 395 gr.	UND	0	120	600	20	80		820
106	LEITE DE COCO VIDRO 500 ML	UNID	0	20	100		20		140
107	LEITE EM PÓ INTEGRAL , EMBALAGEM ALUMINIZADA, PCT C/ 400 GR.	UNID	20	50	300	20	30	50	470
108	LEITE INTEGRAL UHT , liquido, embalagem Tetra Pak com 01 litro.	UND	0	3.800	2.500		100	50	6450
109	LEITE UHT, SEMIDESNATADO , Zero, Sem Lactose, 1lt.	UNID	0	300	200		60		560
110	MAÇÃ NACIONAL 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	20	400	80	10	60		570
111	MACARRÃO SEMOLADO , 1 qualidade, Tipo Espaguete PCT DE 500g.	PCT	0	640	400	40	30		1110
112	MACARRÃO SEMOLADO , Tipo parafuso, pct de 500g.	PCT	10	640	400	20	30		1100
113	MAMÃO FORMOSA ; de primeira; livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	15	150	100		40	20	325

114	MANDIOCA , Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento.	KG	50	300	260	50	80		740
115	MANJERICÃO - desidratado, acondicionado em sacos de polietileno; embalagem de 100g, com data de fabricação e validade.	PCT	0	0	100	20	15		135
116	MARGARINA OU CREME VEGETAL , com o mínimo de 60% de lipídios. pote 500Gr.	UND	0	20	500		40	5	565
117	MELANCIA de 1ª qualidade in natura sem sinais de rachaduras e hematomas. apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	100	400	300	50	200	100	1150
118	MELÃO 1ª QUALIDADE PRODUÇÃO NACIONAL, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo.	KG	100	150	200		120	100	670
119	MILHO , Comum, Cor BRANCO, Para CANJICA, Pct 500G	PCT	10	50	300		25		385
120	Milho PIPOCA , 1º Qualidade, INATURA 500GR.	PCT	0	100	300		30		430
121	MILHO VERDE , em conserva , embalagem lata de 170gr.	UNID	20	100	500	50	60		730
122	ÓLEO DE SOJA , REFINADO, COMESTÍVEL, EM EMBALAGENS PLASTICA COM 900 ML.	UND	40	400	750	200	80		1470
123	OVOS DE GALINHA , Vermelho, Extra, Classe A, encastelados com blister contendo 12 unidades.	DZ	0	200	500	50	30		780
124	PANETONE Chocottone Maxi Trufas. 500 GRS	UND	150	800	200		200	30	1380
125	PÃO DE FORMA , pacote com no mínimo 470gr	PCT	100	200	250		80	50	680

126	PÃO DE MEL: elaborado à base de mel, farinha de trigo, chocolate, manteiga, especiarias e ovos. Todo revestido com chocolate Blend ao leite e meio amargo, com recheio de castanha do pára e coco Não poderá conter corante artificial.	UND	0	0			50		50
127	PÃO DE QUEIJO produzido no dia, macio, sem rigidez	KG	80	50	300		80	50	560
128	PÃO FRANCÊS: Peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.	KG	100	3.000	1500		150	70	4820
129	PEIXES (PEIXE IN NATURA, TIPO PINTADO NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA	KG	0	0	400	10	100		510
130	PEIXES REDONDO (PEIXE IN NATURA, TIPO TAMBAQUI NÃO INFERIOR A 1.500 Kg DEVIDAMENTE EMBALADO E RESFRIADO PARA ENTREGA)	KG	0	0	400	10	250		660
131	PÊRA, Fruta 1ª QUALIDADE in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e	KG	0	100	80		30	15	225
132	PIMENTÃO, FRESCO, FIRME, LIVRE DE LARVAS EM BOAS CONDIÇÕES PARA O CONSUMO HUMANO.	KG	0	20	120	30	15		185
133	PIPOCA DOCE, PACOTE COM 50 GRAMAS EM FARDOS DE 50 PACOTES	FARDO	0	60			30		90
134	PIRULITO em formato de coração, coloração vermelha e sabor morango. Embalagem de 500g contendo aproximadamente 50 unidades.	PCT	0	100	100		50	5	255
135	POLPA DE FRUTA, CONGELADA, NATURAL, SABOR ABACAXI, PCT COM 1 KG.	KG	30	200	300		50	20	600
136	POLPA DE FRUTA, CONGELADA, NATURAL, SABOR CAJÁ, PCT COM 1 KG.	KG	30	200			30	20	280
137	POLPA DE FRUTA, CONGELADA, NATURAL, SABOR GOIABA, PCT COM 1 KG.	KG	30	200	300		70	20	620

138	POLPA DE FRUTA, CONGELADA, NATURAL, SABOR MARACUJA, PCT COM 1 KG.	KG	30	200	400	10	70	20	730
139	POLPA DE FRUTA, CONGELADA, NATURAL, SABOR ACEROLA, PCT COM 1 KG.	KG	30	200	400	10	70	20	730
140	POLPA DE TOMATE Tradicional 520 Gr.	Und	0	200			10		210
141	QUEIJO TIPO MUSSARELA, 1ª QUALIDADE, FATIADO	KG	50	50	150	20	80	50	400
142	QUIABO REGIÃO	KG	0	120	400		15		535
143	RECARGA DE AGUA MINERAL GALÃO COM 20 LITROS	UNID	600	200	1800		250	300	3150
144	REPOLHO, VERDE, In NATURA, 1ª Qualidade, Limpos, Sem Sinais de Estragos e Hematomas. FRESCO, FIRME.	KG	20	500	500	15	80		1115
145	REQUEIJÃO CREMOSO tipo copo sem amido de milho, 200GR	UND	50	20	100		50	15	235
146	RÚCULA- Ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	MAÇO	0	200	400	30	100		730
147	SALGADO, (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	20	50	60	10	35	30	205
148	SALGADO, (COXINHA) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	20	50	60	10	35	30	205
149	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor carne com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	20	50	60	10	35	30	205
150	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor frango com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	20	50	60	10	35	30	205
151	SALGADO, (RISOLI) sendo do tamanho mini, sabor pizza com o peso mínimo de 20gr, sendo a entrega frito do dia.	100 Und	20	50	60	10	35	30	205

152	SAL REFINADO , IODADO, PRONTO Para Consumo Humano. PCT 1Kg.	UND	10	100	250	20	20		400
153	Salsicha BOVINA tipo HOT DOG, sem pimenta, resfriada, embalagem: pacotes de 5 kg embalados em sacos de plásticos a vácuo; deverá constar data de fabricação, prazo de vencimento, tipo de carne, nº do registro no ministério da agricultura, SIF/SISP/DIPOA, número do lote, e demais dados do produto exigidos pela legislação em vigor.	PCT	10	15			80		105
154	SARDINHA EM CONSERVA LATA 125 G	UNID	0	20	300		30		350
155	SORVETE SECO (MARIA MOLE) CAIXA COM 50	CX	0	100			20		120
156	SUSPIRO cx com 50 unidade	CX	0	100			20		120
157	TEMPERO - CHIMICHURRI, desidratado, acondicionado em	PCT	5	0	300	20	10		335
158	TEMPERO COMPLETO , temperos e condimentos, de 500gr	PCT	5	0	400	20	15		440
159	TOMATE Tipo Regional de primeira qualidade, apresentando	KG	30	300	600	30	80		1040
160	UVA , FRUTA, Tipo Rubi de 1ª Qualidade	KG	40	100		10	60	30	240
161	UVA PASSA Cristalizada, 200 Gr	PCT	0	20	80		15		115
162	UVAS , Fruta, 1ª Qualidade, Regional, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	KG	40	50	200	10	120	50	470
163	VAGEM- Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	KG	0	210	350		10		570
164	VINAGRE FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL E VINHO	UND	0	10	200		10		220
165	FERMENTO BIOLÓGICO P/PÃO	UND	0	15	160		20		195
166	REFRIGERANTE 02 LITROS - Sabores Variados. Composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo, isento de corantes artificiais, livre de sujidades,	UND	200	100	200	20	150	50	720

167	Presunto em fatias; Produto cárneo embutido, cozido, à base de pernil suíno. Deve ser presunto (não serão aceitos produtos do tipo apresuntado), com textura firme, coloração uniforme e sabor característico. Embalado em pacotes a vácuo Produto refrigerado, com validade mínima de 30 dias na data da entrega.p	UND	30	0	150	20	70	30	300
168	Pão Integral Castanha do Pará e Quinoa Wickbold Grão Sabor Pacote 500g	UND	0	0	150				150
169	Manteiga, extra, com sal, acondicionado em embalagem original de 500 g	UND	0	0	60			5	65
170	Almeirão: O produto deve ser de 1ª qualidade; fresco; apresentando tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvidos, firmes e intactos; sem lesões físicas e mecânicas, perfurações e cortes. Deve atender aos padrões de embalagem da Instrução Normativa Conjunta nº 9 de 12/11/02 e da CEAGESP.	MAÇO	0	0	250				250
171	ABOBRINHA Abobrinha Extra AA, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Não serão permitidos rachaduras, perfurações, cortes, mofo e partes podres.	KG	0	0	300				300
172	Berinjela: O produto deverá estar de acordo com a NTA 14 (Decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece Classificação EXTRA: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvida; isenta de enfermidades, material terroso, defeitos que alterem a conformação e aparência; sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). Pertencer à classe 17 ou 20 (com comprimento entre 17 e 23 cm); sem apresentar-se murcha, amassada ou deformada. Deverá atender os padrões microbiológicos da RDC nº 12, de 02/01/01 da Anvisa, Instrução Normativa Conjunta SARC/ANVISA/INMETRO nº 9, de 12/11/02, e do CEAGESP, Decreto nº6268 de 22/11/07-MA e Lei nº9972 de 25/05/00 – ANVISA.	KG	0	0	200				200

173	<p>Pepino: O produto deverá estar de acordo com a NTA 14 (Decreto 12.486 de 20/10/78) a qual estabelece Classificação EXTRA: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvido; com polpa intacta e limpa; sem brotos, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência; livre de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes; isento de umidade externa anormal e enfermidades; sem lesões de origem física e/ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes). Pertencer à classe 15 (com comprimento entre 15 e 20 cm). Deverá atender os padrões microbiológicos da RDC n° 12, de 02/01/01 da Anvisa, Instrução Normativa Conjunta SARC/ANVISA/INMETRO n° 9, de 12/11/02, e do CEAGESP, Decreto nº6268 de 22/11/07-MA e Lei nº9972 de 25/05/00 – ANVISA.</p>	KG	0	0	500				500
174	<p>Pimentão Amarelo - Sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, ferimento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação com deformação grave.</p>	KG		0	80				80
175	<p>Pimentão Vermelho - Sem defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, ferimento, com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação grave. Produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. Deve ser de colheita recente.</p>	KG	0		80				80



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº019/SEMAD/2025 ANEXO III - DO

EDITAL

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO.

PROCESSO Nº **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

LICITANTE _____ CNPJ: _ TEL. FAX: _____ E-MAIL: ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

Item	QUAN T.	U N D	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Marca / Modelo Ver/sã o	VA LO R UNI TAR	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: _ (_____) dias (mínimo 60 dias) Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/SEMAD/2025

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

ANEXO IV - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º, localizada na rua....., n.º, na cidade de, do estado de, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº** **/2025**, são autênticos.

....., em_de____de 2025.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____
Proc. 554/2025
VISTO_

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

ANEXO V - DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 019/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Local, _____ de _____ de 2025

À Comissão de Licitação – Município de Castanheiras

Referente: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 019/2025

Prezados Senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº.019/2025, instaurado pelo Município de Castanheiras, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome, assinatura do responsável legal



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Fl. nº _____

Proc. 554/2025

VISTO _____

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/SEMAD/2025

ANEXO VI DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2025.

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DE RONDÔNIA

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2025/ARP

PREGÃO ----- PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. -----/----

PROCESSO ADM: -----

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

PROCESSO nº. **554/2025**

Pregão Eletrônico nº. **019/2025**

Data da Abertura: 15 de AGOSTO de 2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS - HORTIFRUTI (VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS), ENGARRAFADOS ENTRE OUTROS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E O PODER LEGISLATIVO, por um período de (12) meses, nos termos, especificações técnicas e condições do Termo de referência, nos termos, especificações técnicas e condições nos processos administrativos das respectivas secretarias.

Em, 28 de AGOSTO de 2025, após sessão aberta na sala de sessões online pela promotora www.licitanet.com.br iniciada às 09:00, realizada pela Comissão designada presidida pela pregoeira, Srº **DENIZE REGINA DOS SANTOS**, e as empresas constantes na Ata da Sessão, nos Termos da legislação vigente. , Lei Federal 10.520/2002 e 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem **REGISTRAR OS PREÇOS para FUTURA e EVENTUAL AQUISIÇÃO**, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ _____, situada à Rua _____ nº _____ Cep: _____, Bairro: _____, neste ato legalmente representada pelo(a), Srº(a), _____, Brasileira, portadora de CPF nº _____, RG nº _____.

Item	Unid	Quant.	Descrição	Valor Un.	Valor Total	MARCA
01						
						R\$:

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Castanheiras.

1.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

1.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das



quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.

1.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a secretaria municipal da prefeitura municipal de Castanheiras/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

2.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por

secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

2.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

2.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

3.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

3.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

3.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

3.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata o art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente



considerado e não à ata de registro de preços.

3.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

3.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá estar cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

4.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador: I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

5.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

5.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação, deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto à Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

5.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cplcastanheiras@outlook.com ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.

5.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com



a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

5.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

5.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração

providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

5.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

5.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

5.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

6.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços

registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor



ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; III

- seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

6.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

7. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.

7.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida de elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

7.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas



salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

9.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

9.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

9.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

11. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

11.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3474-2050, E-mails: cplcastanheiras@outlook.com ou na sede Prefeitura Municipal de Castanheiras, no endereço Av. Jacarandá, 100, Centro, Castanheiras/RO, CEP: 76.940-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.

12. DO FORO

12.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Medici/RO.

12.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Cicero aparecido godoi
Prefeito municipal

Empresa
CNPJ



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº 000/2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS E A
EMPRESA.....;.. PARA OS FINS
QUE SE
ESPECIFICA.

— Aos dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e __, o **MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**, com sede na Av, jacarandá, nº 100, bairro Centro na cidade de **Castanheiras /RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.969/0001-00, neste ato representado pelo **PREFEITO**, senhor Cicero Aparecido Godoi, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado na Avenida _____, nº _____, em _____/_____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por _____, brasileiro, empresário, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta nos Processos nº _____ enº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 367/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação: ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
--	--------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------



1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de, a contar dapodendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, desde que autorizada pela CONTRATANTE.

4.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades dosubcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



4.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnico subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total do contrato é de R\$ ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / .

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **índice**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções prevista na lei e neste Contrato;

8.1.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **01 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9 Responder eventuais pedido de reestabelecimentos do equilíbrio-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.14 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data

da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores

– SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do



FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) quando for o caso;

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificara imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso



ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da previsão do orçamento do Município e das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual, na dotação abaixo discriminada: **Secretaria Municipal de**
.....- **Projeto Atividade**.....-



..... - Elemento de Despesa: – –
Material Destinado a
..... – Ficha, Pedido de Empenho nº
.....
/2025 de .. de..... de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes LGPD.

17.6 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.7 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.8 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.8.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Médici/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato o qual depois de lido eachado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

CONTRATADA

CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO
CONTRATANTE